

Índice

5. Gerenciamento de riscos e controles internos

5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos	1
5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado	4
5.3 - Descrição - Controles Internos	5
5.4 - Alterações significativas	6

10. Comentários dos diretores

10.1 - Condições financeiras/patrimoniais	7
10.2 - Resultado operacional e financeiro	21
10.3 - Efeitos relevantes nas DFs	25
10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases	26
10.5 - Políticas contábeis críticas	33
10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs	39
10.7 - Coment. s/itens não evidenciados	40
10.8 - Plano de Negócios	41
10.9 - Outros fatores com influência relevante	42

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

5.1 Descrever, quantitativa e qualitativamente, os principais riscos de mercado a que a Emissora está exposta, inclusive em relação aos riscos cambiais e a taxas de juros.

Riscos Relacionados a Fatores Macroeconômicos

O Governo Federal tem exercido grande influência sobre a economia brasileira. Condições políticas e econômicas no Brasil podem influenciar adversamente as atividades da Emissora. A economia brasileira tem sofrido intervenções por parte do Governo Federal, que por vezes impõe mudanças políticas e econômicas significativas. As medidas do Governo Federal para controlar a inflação e implementar suas políticas macroeconômicas envolvem, entre outras medidas, aumento nas taxas de juros, mudanças nas políticas fiscais, desvalorização cambial, controle sobre o fluxo de capitais e restrições à importação.

Medidas tomadas pelo Governo Federal relativa à economia podem ter efeitos importantes sobre as empresas brasileiras e outras entidades, inclusive sobre a Emissora, e sobre as condições de mercado e preços dos títulos brasileiros, incluindo os valores mobiliários de emissão própria. A condição financeira e os resultados das operações da Emissora podem ser afetados negativamente pelos seguintes fatores:

- Inflação;
- Política monetária, cambial e taxas de juros;
- Liquidez do mercado doméstico financeiro e de capitais;
- Racionamento de energia elétrica;
- Políticas de controle de preços;
- Política fiscal;
- Outros fatores políticos, diplomáticos, sociais e econômicos no Brasil ou que afetem o Brasil.

Uma eventual redução do volume de investimentos estrangeiros no País poderá ter impacto na balança de pagamentos nacional e pode trazer impactos negativos sobre a economia brasileira, afetando a taxa de juros praticada no País e elevando o custo de captação de recursos por empresas brasileiras.

No que se refere à política cambial, a moeda brasileira tem sofrido flutuações significativas com relação ao Dólar e outras moedas fortes ao longo das últimas décadas. Embora em 2005, 2006 e 2007 tenha havido uma valorização do Real frente ao Dólar, correspondente a, respectivamente, 11,8%, 8,7%, e 17,2%, em 2008, em decorrência do agravamento da crise econômica mundial, o Real se desvalorizou 32% frente ao Dólar, tendo fechado em R\$2,34 por US\$1,00 ao final do ano. Em 31 de dezembro de 2013, a taxa de câmbio entre o Real e o Dólar foi de R\$2,34 por US\$1,00, em 31 de dezembro de 2012, a taxa de câmbio entre o Real e o Dólar foi de R\$2,04 por US\$1,00, enquanto que, em 31 de dezembro de 2011 a taxa de câmbio era de R\$1,87 por US\$1,00.

Historicamente, o desempenho da economia brasileira tem sido influenciado pelo cenário político nacional. As crises políticas afetaram, no passado, a confiança dos investidores e do público em geral, resultando na redução da atividade econômica durante esses períodos.

A inflação e certas medidas governamentais para combatê-la podem contribuir para a incerteza econômica no Brasil e afetar adversamente a Emissora. Desde a crise da dívida brasileira na década de 80, o País passou por períodos de elevadas taxas de inflação. Mais recentemente, a taxa de inflação anual do País foi de -1,7% em 2009, 11,3% em 2010, 5,1% em 2011, 7,82% em 2012 e 5,51% em 2013 conforme medida pelo IGP-M. A inflação, juntamente com as medidas governamentais destinadas a combatê-la e as especulações acerca dessas medidas tiveram, no passado, efeito negativo sobre a economia do País. Futuras medidas governamentais, incluindo aumento das taxas de juros, intervenção no mercado de câmbio e medidas para ajustar ou fixar o valor do real podem trazer o aumento da inflação. Se o Brasil vivenciar altas taxas de inflação no futuro, a Emissora pode não conseguir ajustar seus preços de forma a compensar os efeitos da inflação em sua estrutura de custos. Pressões inflacionárias podem afetar a capacidade da Emissora de acessar mercados financeiros estrangeiros e de se antecipar às políticas governamentais de combate à inflação que possam lhe causar efeitos adversos.

A economia e as companhias brasileiras têm sido em diferentes intensidades, impactadas pelas condições econômicas e de mercado de outros países, emergentes ou não, bem como pelas reações dos investidores com relação a essas condições. Desta forma, a oferta de crédito às empresas brasileiras é diretamente

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

influenciada pelas condições econômicas e de mercado no Brasil, e, ainda que em graus variáveis, pela economia e condições de mercado de outros países.

Acontecimentos ou condições econômicas e/ou políticas em outros países já afetaram significativamente a disponibilidade de crédito na economia brasileira e resultaram em consideráveis saídas de recursos e queda no volume de novos investimentos estrangeiros no País.

Não há como garantir que futuros acontecimentos em outras economias, bem como as medidas a serem adotadas pelos governos desses países, não afetarão a oferta de crédito às companhias brasileiras no mercado local e internacional de modo adverso, assim como o nível de atividade econômica, podendo, deste modo, vir a causar efeitos adversos na economia brasileira e na Emissora.

Riscos Cambiais

- Análise de sensibilidade de variações na moeda estrangeira**

A CELPA possui dívidas em moeda estrangeira, com representatividade no endividamento global da Emissora, na ordem de 37,6% de sua dívida, derivada dos contratos com a Secretaria do Tesouro Nacional – STN, Crédito RJ e de operações junto aos bancos Itaú e Citibank.

A tabela abaixo apresenta o saldo do passivo em moeda estrangeira da companhia. A sensibilidade desta dívida foi demonstrada em cinco cenários.

Um cenário com taxas reais verificadas 31 de dezembro de 2013 (Cenário Provável) mais dois cenários com apreciação de 25% (Cenário II) e 50% (Cenário III) da cotação da moeda estrangeira considerada. Além disso, incluímos ainda mais dois cenários com o efeito inverso ao determinado na instrução para demonstrar os efeitos com a depreciação de 25% (Cenário IV) e 50% (Cenário V).

Risco do Fluxo de Caixa ou Valor Justo associado à Variação Cambial						R\$ Mil
Operação	Risco	Cenário Provável	Cenário II	Cenário III	Cenário IV	Cenário V
PASSIVOS FINANCEIROS						
Empréstimos e Financiamentos	USD	(32.626)	(177.388)	(322.150)	112.136	256.898
Referência para PASSIVOS FINANCEIROS		Taxa em 31/12/2013	+ 25%	+ 50%	- 25%	- 50%
Dólar USD/R\$		2,34	2,93	3,51	1,76	1,17

Risco de Taxas de Juros e Indexadores Econômicos

- Análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros e indicadores**

As variações das taxas de juros da economia afetam tanto os ativos quanto os passivos financeiros da Emissora. Abaixo seguem os principais indexadores que a Emissora está exposta:

- Certificado de Depósito Interbancário (“CDI”): Todas as aplicações financeiras da Emissora e aproximadamente 0,02% do seu endividamento total estão atrelados ao CDI (em 31/12/2013).
- IGP-M: Parte da tarifa de distribuição de energia está atrelada ao IGP-M, assim como 12,88% do endividamento da Emissora (em 31/13/2012).
- IPCA: As tarifas dos contratos de compra de energia estão atreladas ao IPCA.

Abaixo demonstramos os impactos dessas variações na rentabilidade das Aplicações Financeiras e no Endividamento em moeda nacional da Emissora.

A sensibilidade dos ativos e passivos Financeiros da Emissora foi demonstrada em cinco cenários. Apresentamos um cenário com taxas reais verificadas em 31 de dezembro de 2013 (Cenário Provável)

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

mais dois cenários com apreciação de 25% (Cenário II) e 50% (Cenário III) dos indexadores. Incluímos, ainda, mais dois cenários para demonstrar os efeitos com a depreciação de 25% (Cenário IV) e 50% (Cenário V) desses indexadores.

Risco do Fluxo de Caixa ou Valor Justo associado à Taxa de Juros						R\$ Mil
Operação	Risco	Cenário Provável	Cenário II	Cenário III	Cenário IV	Cenário V
ATIVOS FINANCEIROS						
Aplicações Financeiras	CDI	20.240	25.300	30.360	15.180	10.120
PASSIVOS FINANCEIROS						
Empréstimos e Financiamentos	CDI	(31.767)	(31.771)	(31.776)	(31.762)	(31.758)
	TJLP	(210)	(228)	(246)	(192)	(174)
	IGPM	8.286	5.706	3.126	10.865	13.445
Referência para ATIVOS e PASSIVOS FINANCEIROS		Taxa em 31/12/2013	+ 25%	+ 50%	- 25%	- 50%
CDI (% ano)		8,06	10,08	12,10	6,05	4,03
TJLP (% ano)		5,00	6,25	7,50	3,75	2,50
IGP-M (% ano)		5,51	6,89	8,27	4,13	2,76
IPCA (% ano)		5,91	7,39	8,87	4,43	2,96

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado

5.2 Descrever a política de gerenciamento de riscos de mercado adotada pela Emissora, seus objetivos, estratégias e instrumentos, indicando:

a. *Riscos para os quais se busca proteção*

Conforme mencionado anteriormente, o principal risco de mercado para a Emissora são as eventuais oscilações nas taxas de juros e indicadores econômicos, que afetam diretamente o ativo e o passivo da Emissora. Buscamos também proteção para os riscos de liquidez e resultado.

b. *Estratégia de proteção patrimonial (hedge).*

Devido à exposição à moeda estrangeira, a Companhia optou por realizar hedge cambial. A estratégia principal da Companhia é de atrelar os ativos aos principais indicadores dos passivos.

c. *Instrumentos utilizados para proteção patrimonial (hedge)*

Os principais instrumentos financeiros utilizados pela Emissora são aplicações financeiras, captação de empréstimos para financiar os seus investimentos e capital de giro. Todas as operações são realizadas em condições normais de mercado.

d. *Parâmetros utilizados para o gerenciamento desses riscos*

O gerenciamento dos riscos da Emissora é realizado através de estratégias conservadoras, visando liquidez, segurança e rentabilidade. Todas as operações são realizadas de acordo com condições normais de mercado e suas condições são acompanhadas sistematicamente.

e. *Estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos*

A Emissora monitora constantemente os seus riscos. As áreas Financeira, Regulatória e Jurídica atuam em conjunto reportando à Diretoria e o Conselho de Administração as ações que visam mitigar os riscos existentes. A área de auditoria interna realiza trabalhos periódicos, visando mitigar os riscos inerentes ao negócio, inclusive riscos de mercado, através de auditoria e acompanhamento da implementação de ações necessárias para minimização desses riscos.

f. *Adequação da estrutura operacional e controles internos para verificação da efetividade da política adotada*

As áreas da Emissora que estão expostas aos riscos de mercado monitoram constantemente os seus riscos, conforme mencionado anteriormente no item f, em conjunto com a área de auditoria interna, sempre reportando as ações à diretoria e ao Conselho de Administração através de reuniões periódicas.

No último exercício social não houve alterações significativas nos principais riscos de mercado a que a Emissora esteja exposta ou na política de gerenciamento de riscos adotada.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

5.3 Informar se, em relação ao último exercício social, houve alterações significativas nos principais riscos de mercado a que o emissor está exposto ou na política de gerenciamento de riscos adotada.

No último exercício social não houve alterações significativas nos principais riscos de mercado a que a Emissora esteja exposta ou na política de gerenciamento de riscos adotada.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Alterações significativas
5.4 Fornecer outras informações que a Emissora julgue relevantes.

Não existem outras informações relevantes, que não tenham sido mencionadas acima.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

10.1 Os diretores devem comentar sobre:

a. Condições financeiras e patrimoniais gerais

A Centrais Elétricas do Pará – CELPA (“CELPA ou Companhia”), com sede na cidade do Belém.

Todas as nossas operações são realizadas no Brasil, razão pela qual nossos resultados operacionais e situação financeira são diretamente afetados pelas condições econômicas gerais do país, em especial, pelas taxas de inflação, taxas de juros, políticas governamentais, flutuações do câmbio e políticas tributárias.

Desde o início do Plano Real, em 1993, o Brasil tem evoluído para um quadro de estabilidade econômica, o que faz com que os agentes econômicos tenham expectativas favoráveis para o futuro do País. A manutenção da estabilidade monetária tem sido acompanhada pelo crescimento gradual, porém sustentado, da economia.

Nos anos recentes, o crescimento do PIB teve como principais fatores determinantes o bom desempenho do setor exportador e o aumento da demanda interna. O PIB brasileiro teve um aumento de 5,1% em 2008, uma queda de 0,2% em 2009 e um crescimento de 7,5% em 2010. A taxa básica de juros em curto prazo (ajustada pelo BACEN em relação ao índice SELIC) reduziu de 10,66% em 2008, considerando o último dia de cada ano, para 8,65% em 2009 e aumentou para 10,75% em 2010.

A Companhia opera na região Norte do Brasil e o crescimento econômico nessa região pode ser o fator de maior impacto na demanda por energia elétrica e nos resultados operacionais da Companhia.

A distribuição de energia elétrica na área de concessão da Companhia mostra uma forte correlação com o crescimento e desenvolvimento da economia no Estado do Pará, uma vez que a base de clientes é, em grande parte, composta por clientes residenciais cativos nesse Estado. O consumo de energia no Estado do Pará aumentou em média 6,3% ao ano, no período de 2007 a 2010. Em nossa área de concessão teve um aumento médio maior do que a média nacional de consumo elétrico, que foi de 3,6% no mesmo período. Além disso, a Companhia acredita que esse estado possui um significativo potencial para desenvolvimento econômico que, a seu ver, se traduzirá em um potencial de crescimento na demanda por energia elétrica.

Inclusive, o PAC, criado pelo Governo Federal, tem como objetivo a aceleração do crescimento econômico, o aumento do emprego e a melhoria das condições de vida da população brasileira, incluindo o Estado do Pará. O PAC consiste em um conjunto de medidas destinadas a incentivar o investimento privado, aumentar o investimento público em infra-estrutura e remover obstáculos burocráticos, administrativos, normativos, jurídicos e legislativos, ao crescimento. Por meio do PAC, estima-se um investimento total da ordem de R\$26,7 bilhões, no Estado do Pará, distribuídos nos setores de logística, energia, social e urbano.

As receitas da Companhia provêm do segmento de distribuição de energia elétrica. A receita consolidada é dividida da seguinte forma: (i) 82,5% no fornecimento de energia elétrica; (ii) 16,6% receita de construção; (iii) 0,4% suprimento de energia elétrica; e (vi) 0,6% outras receitas. Essa receita de construção é um dos efeitos da adoção do IFRS (*International Financial Report Standard*), Normas Internacionais de Contabilidade, pela companhia, a partir de 31 de dezembro de 2010 e não constitui efeito real sobre o resultado operacional da companhia, visto a sua exata contrapartida no custo de operação.

O atual capital de giro da Companhia é suficiente para as atuais exigências e os seus recursos de caixa, inclusive empréstimos de terceiros, são suficientes para atender o financiamento de suas atividades e cobrir sua necessidade de recursos.

A Diretoria entende que a Companhia apresenta condições financeiras e patrimoniais suficientes para implementar seu plano de negócios e cumprir suas obrigações de curto e médio prazo.

b. Estrutura de capital e possibilidade de resgate de ações ou quotas, indicando:

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

O capital, totalmente integralizado, é de R\$ 518.932.104,09 (quinhentos e dezoito milhões, novecentos e trinta e dois mil, cento e quatro reais e nove centavos) representado por 63.850.934 (sessenta e três milhões, oitocentos e cinquenta mil, novecentas e trinta e quatro) ações escriturais, sem valor nominal, sendo: 59.397.496 (cinquenta e nove milhões, trezentos e noventa e sete mil, quatrocentas e noventa e seis) ações ordinárias e 4.453.438 (quatro milhões, quatrocentos e cinquenta e três mil, quatrocentas e trinta e oito) ações preferenciais, divididas em 2.166.816 (dois milhões, cento e sessenta e seis mil, oitocentas e dezesseis) preferenciais Classe "A"; 1.085.373 (um milhão, oitenta e cinco mil, trezentas e setenta e três) preferenciais Classe "B"; e 1.201.249 (um milhão, duzentos e um mil, duzentas e quarenta e nove) preferenciais Classe "C".

A Companhia poderá, a qualquer tempo, por deliberação da Assembléia Geral e observadas as disposições legais e as do Estatuto:

- (a) criar novas classes de ações preferenciais ou aumentar o número de ações preferenciais de classe existente sem guardar proporção com as demais espécies e classes, sendo que as ações emitidas poderão ser resgatáveis ou não e ter ou não valor nominal, nos termos do artigo 11, parágrafo 1º, da Lei nº 6.404/76;
- (b) emitir debêntures, bônus de subscrição e quaisquer outros títulos, nas condições a serem fixadas pela Assembléia;
- (c) deliberar o resgate ou a amortização de ações ou de classes de ações, determinando as condições e o modo de proceder-se à operação.

Na proporção do número de ações que possuírem, os acionistas terão preferência na subscrição de novas ações, bem como na emissão de debêntures ou outros títulos conversíveis em ações e bônus de subscrição.

Sem prejuízo do disposto acima, os aumentos de capital decorrentes de conversão de debêntures em ações, cuja emissão tenha sido aprovada em Assembléia Geral, serão averbados pela Diretoria, mediante ata de reunião arquivada no Registro do Comércio, nos termos do parágrafo 1º do artigo 166 da Lei nº 6.404/76, e consolidados anualmente na mesma data da realização da Assembléia Geral Ordinária.

A Companhia poderá autorizar a instituição depositária das ações a cobrar do acionista os custos dos serviços de transferência da propriedade das ações escriturais e demais atos de registro e averbação, observadas as disposições legais aplicáveis e os limites máximos fixados pela Comissão de Valores Mobiliários.

A instituição depositária deverá realizar, no prazo de 15 (quinze) dias a contar do pedido do acionista, os atos de registro, averbação ou transferência de ações, e fornecerá aos acionistas extrato da conta de depósito das ações escriturais, na forma da lei.

Nos casos de reembolso de ações, previstos em lei, o valor de reembolso corresponderá ao valor do patrimônio líquido das ações, de acordo com o último balanço aprovado por assembléia Geral, segundo os critérios de avaliação do ativo e do passivo fixados na Lei das Sociedades por Ações e com os princípios contábeis geralmente aceitos.

Se a deliberação da Assembléia Geral ocorrer mais de 60 (sessenta) dias depois da data do último balanço aprovado, será facultado ao acionista dissidente pedir, juntamente com o reembolso, levantamento de balanço especial que atenda àquele prazo. Nesse caso, a companhia pagará imediatamente 80% (oitenta por cento) do valor do reembolso calculado com base no último balanço e, levantado balanço especial, pagará o saldo no prazo de 120 (cento e vinte) dias, a contar da data da deliberação da Assembléia Geral.

Em 31 de dezembro de 2010, a Companhia apresentou a seguinte composição de capital: (i) 21,1% de capital próprio (ou seja, patrimônio líquido dividido pelo ativo total) e (ii) 78,9% de capital de terceiros (ou seja, a soma do passivo circulante com o passivo não circulante dividido pelo ativo total).

- **Hipóteses de Resgate**
- **Fórmula de Cálculo do Valor de Resgate**

Não há possibilidade de resgate de ações de emissão da Companhia além das legalmente previstas.

c. capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Considerando o perfil de curto e médio prazo do endividamento da Companhia, esta pretende alongar o seu perfil para adequar a sua capacidade de pagamento do montante principal e juros de suas dívidas com recursos provenientes da sua geração operacional de caixa.

Observando o endividamento, o fluxo de caixa e a posição de liquidez, a Companhia acredita ter liquidez e recursos de capital suficientes para cobrir os investimentos, despesas, dívidas e outros valores a serem pagos nos próximos anos, embora não possa garantir que tal situação permanecerá igual. Caso a Companhia entenda necessário contrair empréstimos para financiar seus investimentos, a mesma acredita ter capacidade para contratá-los atualmente.

(R\$ milhões)	2010	2009	2008
Empréstimos, financiamento e encargos	1.613,1	1.160,0	1.052,3
Total de Disponibilidade(1)	457,2	195,4	106,2
Dívida Líquida(2)	1.155,9	964,6	946,1

(1) Disponibilidades é a soma dos itens "numerário disponível" e "aplicações no mercado aberto".

(2) Dívida líquida é a diminuição do item empréstimos, financiamentos e debêntures menos a disponibilidade.

d. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

Além da utilização em parte de sua geração própria de caixa, a principal fonte de financiamento para os projetos de investimento da Companhia é o BNDES e a Eletrobras, que usualmente oferece taxas de juros menores que o mercado privado, além de prazos de pagamento compatíveis com o tempo de retorno do projeto de investimento.

Caso o projeto de investimento não seja elegível para financiamento via BNDES, a Companhia normalmente recorre ao mercado de capitais (debêntures), agências multilaterais de fomento ou demais fontes do mercado bancário.

e. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

A Companhia recorrerá ao mercado financeiro contratando operações em seu benefício, caso a sua geração de caixa não seja suficiente para suprir a sua necessidade de capital de giro e investimentos.

f. níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:

O saldo dos empréstimos, financiamentos e debêntures da Companhia em 31 de dezembro de 2010 era de R\$ 1.613,1 milhões. Esse saldo, líquido do caixa e aplicações era de R\$ 1.155,9 milhões. Utilizando-se como parâmetro o índice "dívida financeira líquida dividida pela dívida financeira líquida mais patrimônio líquido", o resultado em 31 de dezembro de 2010 foi de 56,5%.

R\$ milhões	Em 31 de Dezembro de		
	2010	2009	2008
Dívida financeira líquida	1.155,9	964,6	946,1
Patrimônio líquido	891,7	992,4	1.066,7
Índice de endividamento	0,56	0,49	0,47

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Definições:

Divida Financeira Líquida – significa empréstimos, financiamentos, debêntures e encargos menos caixa e aplicações.

Patrimônio Líquido – significa a conta patrimônio líquido do passivo.

Índice de endividamento – significa a divida financeira líquida dividida pela divida financeira líquida mais patrimônio líquido.

$$\text{Índice de endividamento} = \frac{\text{Divida Financeira Líquida}}{(\text{Divida Financeira Líquida} + \text{Patrimônio Líquido})}$$

i. contratos de empréstimo e financiamento relevantes

ii. outras relações de longo prazo com instituições financeiras

O saldo da conta empréstimos e financiamentos passou de R\$ 1.160,0 milhões em 2009 para R\$ 1.613,1 milhões em 2010, representando um aumento de 39,1% (R\$ 453,1 milhões). Considerando-se a dívida menos as disponibilidades (dívida líquida), o saldo passou de R\$ 964,6 milhões em 2009 para R\$ 1.155,9 milhões em 2010, representando um aumento de apenas 19,8% (R\$ 191,3 milhões) em função de um maior desembolso de financiamento do programa Luz para Todos.

O endividamento em moeda nacional representa 86,9% (ou R\$ 1.402,5 milhões) do saldo total, enquanto as dívidas em moeda estrangeira representam 13,1% (R\$ 210,6 milhões). Vale acrescentar que, do total da dívida em moeda estrangeira, 63,1% (R\$ 132,9 milhões) estão protegidos contra as oscilações da variação cambial por meio de swap.

A tabela abaixo descreve a evolução do endividamento total consolidado em aberto da Companhia nos períodos em referência:

	Em 31 de dezembro de		
Dívidas (R\$ milhões)	2010	2009	2008
Curto Prazo			
Moeda Estrangeira	67,7	76,5	94,0
Moeda Nacional	520,9	348,2	274,9
Longo Prazo			
Moeda Estrangeira	142,9	217,4	388,0
Moeda Nacional	881,6	517,9	295,4
Total Geral	1.613,1	1.160,0	1.052,3

Financiamentos Relevantes e outras relações de longo prazo com instituições financeiras

Ao longo de 2008, 2009 e 2010, foram contraídas algumas dívidas, entre as principais estão:

BNDES: em dezembro/2009 foi firmado contrato com a finalidade de financiamento de obras de Distribuição e Transmissão em sua área de concessão no valor de R\$ 449.277, ao custo máximo de 3,57% a.a. acima da variação da TJLP vencendo a primeira parcela de amortização em janeiro/2012 e a última em dezembro/2019. Até dezembro/2010 foram liberados R\$ 240.385. Este empréstimo possui garantia real por meio de recebíveis.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Eletrobrás: recursos destinados a investimentos no ativo imobilizado, para expansão do Programa Nacional Luz no Campo. O empréstimo é datado de 29/2/2000, a data de vencimento da última parcela ocorrerá em agosto/2014, conforme aditivo contratual, a forma de amortização é mensal, e a taxa de juros é de 5% a.a.. Este empréstimo possui garantia real por meio de recebíveis.

Eletrobrás: empréstimos tomados para a implementação do Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Energia Elétrica “Luz para Todos”, instituído pelo Decreto nº 4.873, de 11/11/2003, coordenado pelo Ministério de Minas e Energia e operacionalizado pela ELETROBRÁS, com recursos originários da Reserva Global de Reversão - RGR. A amortização dos contratos será em 120 parcelas mensais e sucessivas, com carência de 24 meses, vencendo a última parcela em maio/2022, com encargos de 6% a.a..

Eletrobrás: Em 2010 foi celebrado o contrato ECF-2812/2010 com carência de 36 meses e vencimento da última parcela em junho/2023 com encargos de 7,0% a.a., cujo objetivo é financiar os custos do Projeto de Obras do Sistema de Transmissão da Concessionária.

FNO: em dezembro de 2008 e agosto/2009 foram firmados contratos para financiamento de obras com recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte – FNO, através do Banco da Amazônia no valor total de R\$ 118.067, ao custo de 8,5% a.a.; com prazo máximo de 180 meses, sendo 38 meses de carência e 142 para amortização do principal, vencendo a última parcela em janeiro/2024. Até dezembro/2010 foram liberados R\$ 62.638.

FDE: em dezembro de 2003 e março/2004 foram firmados contratos para financiamento de obras com recursos do Fundo de Desenvolvimento Econômico do Estado do Pará – FDE, através do Banco do Estado do Pará no valor total de R\$ 2.627, ao custo de 5,0% a.a. acima da TLJP; com prazo máximo de 120 meses, sendo 36 meses de carência e 84 para amortização do principal, vencendo a última parcela em março/2014.

Tesouro nacional: Banco do Brasil S.A. - reestruturação de dívida externa, contrato inicial assinado em 31/12/1997, com taxas de juros que variam de 4,3% a 11% a.a., mais taxa Libor semestral acrescida da variação cambial, com amortização semestral, e vencimento da última parcela em abril/2024, com garantias de aval do Governo do Estado, receita própria e caução de parte da dívida.

Arrendamento mercantil: contratos de arrendamento mercantil em moeda nacional, com taxas pré-fixadas ou indexadas ao CDI, amortização mensal e vencimento da última parcela em dezembro/2013.

- Operações indexadas a CDI com taxa média ponderada de 3,10% a.a.
- Operações pré-fixadas com taxa média ponderada de 14,24% a.a.

A dívida total dos arrendamentos mercantis em 31/12/2010 é de R\$ 10.832 e seu valor corresponde ao valor presente nesta data.

Capital de giro: As operações de capital de giro são indexadas a CDI e IPCA e pré-fixadas, com amortização mensal, e vencimento da última parcela em outubro/2015.

- Operações indexadas a CDI com taxa média ponderada de 5,35% a.a.
- Operações indexadas a IPCA com taxa média ponderada de 11,00% a.a.
- Operações pré-fixadas com taxa média ponderada de 19,23% a.a.

Empréstimo Unit Note: em fevereiro/2006, a Companhia efetuou a emissão de US\$ 50.000 relativos a “Unit Note”, com prazo total para liquidação de 6 anos, sendo 3 anos de carência e 3 anos para amortização do principal e com taxa de juros nominal de 9,5% a.a.. A operação tem uma taxa efetiva de juros de 10,06% a.a., essa taxa contempla os custos de transação que são apropriados ao resultado mensalmente, conforme a Deliberação CVM nº. 556/08. Durante o 3º trimestre de 2010 foram amortizados R\$ 48 milhões referente a custos de transação. Os custos de transação a serem amortizados são R\$ 48 milhões (2010), R\$ 169 milhões (2011), R\$ 20 milhões (2012). O montante do principal dessa operação foi protegido contra as oscilações da

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

variação cambial, por meio de instrumentos derivativos. Em 9/8/2007, a Companhia antecipou pagamentos no montante de US\$ 31,9 milhões, correspondentes a R\$ 61,2 milhões.

Empréstimo - BID: em junho/2006, a Companhia assinou contrato de US\$ 135.000 provenientes de empréstimos aprovados pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), sendo US\$ 75.000 provenientes de recursos próprios do BID (denominados como "A Loan" ou parte "A"); e US\$ 60.000 de um sindicato de bancos (clubdeal) composto pelo Banco Société Générale e Banco Itaú Europa, ou parte "B". A parte "A" do financiamento terá o prazo total de 9 (nove) anos para liquidação, sendo 3 (três) anos de carência e mais 6 (seis) para amortização do principal. A parte "B" terá o prazo total de 6 (seis) anos para liquidação, sendo 3 (três) anos de carência e mais 3 (três) anos para amortização. As amortizações serão pagas trimestralmente e durante o período de carência ocorrerão pagamentos trimestrais dos encargos. O custo da parte A é de Libor acrescida de spread de 3,87% a.a. e a parte B de Libor acrescida de spread de 3,5% a.a.. O principal referente a primeira liberação da operação foi protegido contra as oscilações da variação cambial por meio de instrumentos derivativos. Este empréstimo possui garantia real por meio de recebíveis.

iii. Grau de Subordinação entre as dívidas

O saldo do endividamento financeiro da Companhia em 31 de dezembro de 2010 era de R\$ 1.613,1 milhões, assim segmentados: (i) R\$577,2 milhões ou 35,8% de garantias reais por meio de recebíveis; (ii) R\$ 219,7 milhões ou 13,6% estavam garantidos por aval dos Acionistas Controladores, Rede Energia S.A. e QMRA Participações S.A.; (iii) R\$545,3 milhões ou 33,8% de garantias reais por meio de recebíveis e por aval dos Acionistas Controladores, Rede Energia S.A. ("Rede") e QMRA Participações S.A. ("QMRA"); e (iv) R\$ 270,4 milhões ou 16,8% de garantias quirográficas, ou seja, livres de garantias. O grau de subordinação das dívidas, em relação às suas garantias, será sempre real, flutuante e quirográfica, excetuando-se outras legalmente previstas.

iv. Eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário.

A Companhia utiliza diversos instrumentos financeiros, que exigem, dentre outras, obrigações de manutenção de índices financeiros específicos e/ou o cumprimento de diversas obrigações de fazer ou não fazer restritivas às suas operações. Destacam-se:

BID

Estes empréstimos são garantidos de forma independente um do outro com contas a receber da Companhia, bem como os pagamentos de vencimentos previstos em seus contratos de concessão. Cada empréstimo do BID é garantido pela Rede Energia e exige que os Acionistas Controladores da Companhia, inclusive a Rede, celebraram um contrato de retenção de ações para acordar que não haverá troca de controle em relação à Companhia e que a garantia do BID de receber o pagamento de vencimento previstos no respectivo contrato de concessão permanecerá válidos e com efeito. A Companhia está sujeitas a cumprir cláusulas contratuais destes empréstimos, inclusive de atendimento de compromissos financeiros (tais como, índice de endividamento (max. 3,50), capital de terceiros (max. 0,60), de dívida em relação ao EBITDA¹ (max. 1,00), de dívida a curto prazo em relação ao EBITDA (max. 0,75) e de despesas com pagamentos de juros (min. 2,00)), bem como restrições de investimentos, ônus, fusões e consolidações, venda de ativos e operações com partes relacionadas, e ainda, políticas ambientais, de saúde, de segurança, de trabalho e de responsabilidade social do BID.

Em relação aos empréstimos do BID, a Rede e a QMRA concordaram em não onerar, trocar, ceder como forma de pagamento, vender ou transferir ações ordinárias de emissão da Companhia e da QMRA, de titularidade da Companhia, que poderiam causar a perda de posição, diretamente ou indiretamente por meio da QMRA, de detentor da maioria das ações ordinárias de emissão da Companhia em circulação.

¹ O EBITDA representa o lucro (prejuízo) líquido excluindo-se os efeitos de resultado em participações societárias, resultado financeiro, resultado não operacional, imposto de renda, contribuição social, crédito fiscal diferido, participação dos minoritários, depreciação e amortização. O EBITDA não é uma medida sob as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil ou dos Estados Unidos e não deverá ser considerado como alternativa ao lucro líquido como indicador do resultado operacional nem como alternativa ao caixa operacional como indicador de liquidez. O EBITDA por nós calculado pode não ser comparável ao EBITDA utilizado por outras companhias.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

BNDES

Manter os seguintes índices financeiros máximos, com periodicidade de apuração anual:

Indicador	2009	2010	2011	2012	2013 em diante
Dívida Líquida / LAJIDA	4,0	4,0	3,0	3,0	2,5
Dívida Líquida / (Dívida Líq.+PL)	0,7	0,7	0,7	0,7	0,7

Por fim, os financiamentos acima contratados têm por objetivo financiamento dos planos de investimentos da Companhia e reforço de capital de giro.

g. limites de utilização dos financiamentos já contratados

Em novembro de 2009, a CELPA e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social ("BNDES") assinaram Contrato de Financiamento no valor de R\$ 449,3 milhões, destinados ao "Plano de Melhorias" da CELPA. Esse programa prevê a ampliação, modernização e expansão das redes de distribuição, subtransmissão, serviços de telecomunicação e redução das perdas técnicas e não técnicas. Até 31 de dezembro de 2010 foram liberados R\$ 240,4 milhões. Deste modo, a Companhia possui o limite de R\$ 208,9 milhões para ser desembolsado.

h. alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

Resultados Operacionais

Análise dos Resultados do Exercício Social Encerrado em 31 de dezembro de 2010 comparados com o Exercício Social Encerrado em 31 de dezembro de 2009

Receita Operacional Bruta

A receita operacional bruta apresentou um crescimento de 28,8%, passando de R\$ 2.292,1 milhões em 2009 para R\$ 2.952,1 em 2010. Esse aumento foi decorrente do crescimento do mercado de venda de energia elétrica em 10,3%, da variação de 10,8% na tarifa média de fornecimento de energia elétrica ao consumidor final e aumento de 181,2% na receita de construção, que passou de R\$ 173,8 milhões em 2009 para R\$ 488,8 milhões em 2008. Vale acrescentar que essa receita é parte dos efeitos da adoção do IFRS (*International Financial Report Standard*), Normas Internacionais de Contabilidade, pela companhia, a partir de 31 de dezembro de 2010, e não constitui efeito real sobre o aumento da receita, uma vez que esses mesmos valores (tanto para 2009 quanto para 2010) aparecem no custo de operação, resultando em efeito zero no EBITDA. Retirando-se portanto os efeitos da receita de construção, o aumento da receita bruta seria de 16,3%, passando de R\$ 2.118,5 milhões em 2009 para R\$ 2.463,3 milhões em 2010.

Custo do Serviço

O custo do serviço de energia elétrica, composto de compra de energia e encargos de uso do sistema de transmissão e distribuição, atingiu R\$ 852,8 milhões em 2010, portanto, 15,2% acima dos R\$ 740,3 milhões verificado em 2009. Esse crescimento foi consequência da combinação dos seguintes fatores: i. aumento de 3,8% na energia comprada para atendimento ao aumento da demanda (8.463 GWh em 2009 e 8.784 GWh em 2010); ii. aumento de 12,7% no preço médio para compra de energia; e iii. aumento de 3,5% nos custos dos encargos de uso do sistema.

Custo e Despesas da Operação

Nesse mesmo período, o custo de operação atingiu R\$ 840,0 milhões em 2010, representando um aumento de 82,8% em relação aos R\$ 459,4 milhões de 2009. No entanto, para uma correta análise, o custo de construção deve ser excluído desses totais, uma vez que existem as respectivas contrapartidas (em 2009 e 2010) contabilizadas como receita. Assim, retirando-se esses efeitos, o custo de operação passou de R\$ 285,6 milhões em 2009 para R\$ 351,2 milhões em 2010, representando um aumento de 23,0%, influenciado

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

principalmente pelo aumento de R\$ 54,7 milhões no custo de matéria-prima e insumos para produção de energia elétrica. Já as despesas operacionais, compostas de despesas com vendas, gerais e administrativas, aumentaram apenas 0,9%, passando de R\$ 214,0 milhões em 2009 para R\$ 216,1 milhões em 2010.

EBITDA

O EBITDA da companhia, que compreende o resultado do serviço acrescido da amortização, depreciação e perdas na alienação e desativação de bens e direitos, passou de R\$ 284,4 milhões em 2009 para R\$ 328,4 milhões em 2010, representando um aumento de 15,5%. Esse resultado foi influenciado principalmente pelo aumento da receita operacional líquida, já deduzida dos efeitos da receita de construção (que não influencia no EBITDA), indicando que os custos e despesas operacionais cresceram na mesma proporção da receita.

Resultado Financeiro

O resultado financeiro passou de uma despesa de R\$ 84,3 milhões em 2009 para uma despesa de R\$ 328,8 milhões em 2010, representando um aumento de R\$ 244,5 milhões de um período para o outro. As duas rubricas que mais influenciaram esse aumento foram:

- Variação monetária líquida (receita menos despesa) que passou de um resultado positivo (receita) de R\$ 94,2 milhões em 2009 para um resultado negativo (despesa) de R\$ 20,9 milhões em 2010, representando uma variação de R\$ 115,1 milhões, o principal fator impactante deste resultado foi o aumento do endividamento financeiro em 39,1% (R\$ 453,1 milhões).

- Redução de encargos financeiros oriundos dos parcelamentos de impostos, Lei 11.941/2009. Em 2009, foi registrado uma receita não recorrente de R\$ 134,6 milhões, devido ao benefício fiscal decorrente de parcelamento de tributos.

Resultado Líquido

Como consequência dos itens analisados acima, o resultado líquido do exercício em 2010 foi de um prejuízo de R\$ 100,7 milhões em relação ao lucro de R\$ 88,1 milhões em 2009.

Análise dos Resultados do Exercício Social Encerrado em 31 de dezembro de 2009 comparados com o Exercício Social Encerrado em 31 de dezembro de 2008

Receita Operacional Bruta

A receita operacional bruta apresentou um crescimento de 11,7%, passando de R\$1.897,4 milhões, em 31 de dezembro de 2008, para R\$2.120,3 milhões em 31 de dezembro de 2009, decorrente do crescimento do mercado de venda de energia elétrica equivalente a 1,1% e da variação de 10,8% na tarifa média de fornecimento de energia elétrica ao consumidor final.

Custo do Serviço

O custo do serviço de energia elétrica, composto de compra de energia e encargos de uso do sistema de transmissão, atingiu R\$744,3 milhões e, portanto, 27,3% acima do verificado em 31 de dezembro de 2008. Esse crescimento foi consequência da combinação dos seguintes fatores: compra de energia “nova”, por meio de leilão, a custos maiores que os praticados em 2008, e aquisição de uma quantidade maior de energia (em MWh) para atendimento do crescimento da demanda.

Custo da Operação

O custo da operação atingiu R\$285,6 milhões em 2009, representando uma redução de 30,4% em relação aos R\$410,3 milhões de 2008. As rubricas que exerceram maior influência sobre essa redução foram: 1. Material, que reduziu de R\$11,4 milhões em 2008 para R\$8,5 milhões em 2009; 2. Matéria-prima e insumos para produção de energia elétrica, que reduziram de R\$206,8 milhões em 2008 para R\$193,5 milhões em 2009; e 3. Subvenção CCC (receita), que aumentou de R\$207,6 milhões em 2008 para R\$245,5 milhões em 2009.

Despesas Operacionais

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

As despesas operacionais aumentaram 25,4%, passando de R\$160,3 milhões em 2008 para R\$201,0 milhões em 2009. O item que mais influenciou esse aumento foi a rubrica despesas gerais e administrativa: em 2009 essas despesas totalizaram R\$106,7 milhões e em 2008 totalizaram R\$81,2 milhões.

EBITDA

O EBITDA da companhia, que compreende o resultado do serviço acrescido da amortização e depreciação das demonstrações de fluxos de caixa, passou de R\$214,5 milhões em 2008 para R\$295,2 milhões em 2009, representando um aumento de 37,6%. Esse resultado foi influenciado, principalmente, pelo aumento da receita operacional líquida e redução do custo da operação.

Resultado Líquido

O resultado líquido do exercício passou de um prejuízo de R\$3,9 milhões em 2008 para um lucro de R\$121,7 milhões em 2009, influenciado pela melhora do resultado operacional e resultado financeiro, que passou de uma despesa de R\$103,8 milhões em 2008 para uma despesa de R\$79,0 milhões em 2009 e pelo efeito do imposto de renda e contribuição social sobre lucro líquido – CSLL que passaram de uma despesa de R\$7,7 milhões em 2008 para uma receita de R\$34,6 milhões em 2009, resultante da constituição de imposto de renda diferido sobre prejuízo fiscal e realização da reserva de reavaliação.

Principais Alterações nas Contas Patrimoniais

Contas patrimoniais em 31 de dezembro de 2010 comparado com 31 de dezembro de 2009

Ativo Circulante

Caixa e Equivalentes de Caixa

Em 31 de dezembro de 2010, o saldo em caixa e equivalentes em caixa totalizam R\$457,2 milhões, comparados a R\$195,4 milhões, em 31 de dezembro de 2009. Tal aumento de 134,0% (R\$261,8 milhões) é devido principalmente a entrada de recursos provenientes do Fundo FI-FGTS – capitalização na holding Empresa de Energia Elétrica Vale Paranapanema S.A. –, captação de recursos juntos ao BNDES para investimentos no Plano de Melhorias da companhia, e recursos da Eletrobrás para investimentos no Programa Luz Para Todos.

Consumidores

Em 31 de dezembro de 2010, o saldo da conta consumidores foi de R\$712,1 milhões, comparados com R\$520,4 milhões, em 31 de dezembro de 2009. Tal aumento de 36,8% (R\$191,7 milhões) ocorreu principalmente em virtude do aumento do faturamento, e aumento da inadimplência devido a questões sociais e econômicas do Estado do Pará.

Perda no valor recuperável

Em 31 de dezembro de 2010, o saldo da perda no valor recuperável era de R\$104,4 milhões, comparados com R\$89,0 milhões, em 31 de dezembro de 2009, apresentando um aumento de 17,2% (R\$15,4 milhões), principalmente em virtude do aumento de R\$11,4 milhões na classe residencial, aumento de R\$9,6 milhões na classe industrial, e diminuição de R\$3,9 milhões na classe comercial.

Impostos e Contribuições Sociais a Compensar

Em 31 de dezembro de 2010, o montante de impostos e contribuições sociais a compensar correspondiam a R\$61,8 milhões, comparado aos R\$83,1 milhões de 31 de dezembro de 2009. Tal redução de 25,6% (R\$21,3 milhões) ocorreu principalmente devido a: (i) redução de R\$12,5 milhões referentes ao PAEX (a companhia pleiteou uma revisão de valores incluídos no parcelamento de tributos, instituído pela Lei 11.941/09, a fim de excluir débitos consolidados em duplicidades. A decisão foi favorável e, portanto, o montante de R\$12,5 milhões foi retirado do ativo e também da sua contrapartida no passivo); e (ii) redução de R\$11,5 milhões, referentes ao saldo negativo de imposto de renda e contribuição social, que foram utilizados como crédito tributário.

Aquisição de Combustível – Conta CCC

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2010 e em 31 de dezembro de 2009, a conta CCC da companhia era de R\$67,9 milhões e R\$72,5 milhões, respectivamente, representando uma redução de 6,3% (R\$4,6 milhões). Os valores registrados nessa conta não são gerenciáveis pela companhia e estão atrelados à compra de combustível para alimentação das usinas térmicas, que são despachadas de acordo com a demanda.

Ativo Realizável a Longo Prazo

Consumidores

Em 31 de dezembro de 2010, o saldo da conta consumidores era de R\$26,7 milhões, comparados aos R\$33,8 milhões em 31 de dezembro de 2009, o que representa uma redução de 21,1% (R\$7,1 milhões), basicamente pela transferência de saldos para o curto prazo.

Empresas Relacionadas

Em 31 de dezembro de 2010, o realizável a longo prazo da companhia contabilizou R\$108,1 milhões, comparados aos R\$622,3 milhões em 31 de dezembro de 2009. Tal redução de 82,6% (R\$514,2 milhões) foi devido ao recebimento de R\$406,9 milhões de sua controladora QMRA Participações S.A. e recebimento de R\$112,1 milhões da holding Rede Energia S.A.. Essa amortização foi realizada com recursos provenientes do Fundo FI-FGTS.

Impostos e Contribuições Sociais Diferidos

Em 31 de dezembro de 2010, os créditos tributários diferidos da companhia totalizaram R\$89,8 milhões, comparados aos R\$110,1 milhões em 31 de dezembro de 2009. Tal diminuição de 18,5% (R\$20,3 milhões) é decorrente basicamente da utilização de créditos de Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL para a quitação de juros e multas autorizado pelo parcelamento de tributos instituído pela Lei 11.941/09.

Ativo Intangível e Ativo Financeiro dos Contratos de Concessão

O total dos ativos intangíveis e financeiros em 2010 foi de R\$2.329,0 milhões, o que representa um aumento de 8,3% (R\$179,1 milhões) em relação aos R\$2.149,9 milhões de 2009, principalmente devido à variação de R\$95,8 milhões no ativo financeiro, que é a parcela indenizável ao final da concessão

Passivo Circulante

Fornecedores

Em 31 de dezembro de 2010, o saldo da conta de fornecedores era de R\$242,5 milhões, comparados aos R\$219,3 milhões em 31 de dezembro de 2009, representando um aumento de 10,6% (R\$23,2 milhões), devido basicamente ao aumento do suprimento de energia elétrica e respectivos encargos para atendimento aos consumidores.

Impostos, Contribuições Sociais e Parcelamentos

Os impostos, contribuições sociais e parcelamentos da companhia totalizaram R\$211,3 milhões em 31 de dezembro de 2010 e R\$178,3 milhões em 31 de dezembro de 2009, representando um aumento de 18,5% (R\$33,0 milhões). Esse incremento foi devido ao aumento dos impostos correntes em R\$15,2 milhões, basicamente em razão do do faturamento, e aumento nos parcelamentos de impostos em R\$17,8 milhões.

Empréstimos, Financiamentos e Encargos

Os empréstimos, financiamentos e encargos da companhia totalizaram R\$588,7 milhões em 31 de dezembro de 2010 e R\$424,7 milhões, representando um aumento de 38,6% (R\$164,0), principalmente devido ao aumento de R\$8,9 milhões no saldo com a Eletrobrás (LPT e Universalização) e aumento de R\$161,6 milhões no capital de giro.

Indenização Trabalhista

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2010, as provisões para indenizações trabalhistas da companhia referentes a acordos judiciais em ações trabalhistas relacionadas a valores cobrados por conta do Plano Bresser e do Planos de Classificação de Cargos e Salários - PCCS totalizaram R\$78,1 milhões, comparado aos R\$76,6 milhões em 31 de dezembro de 2009, representando um aumento de R\$1,5 milhão devido a transferência de saldo do longo para o curto prazo.

Passivo Exigível a Longo Prazo

Tributos, Contribuições Sociais e Parcelamentos

Os tributos, contribuições sociais e parcelamentos a recolher a longo prazo da Companhia totalizaram R\$315,5 milhões em 31 de dezembro de 2009. Tal redução foi de R\$107,4 milhões, em relação aos R\$422,9 milhões de 31 de dezembro de 2008. Essa diminuição, de 25,4%, é decorrente de dois fatores: (i) a redução de encargos financeiros instituído pela Lei 11.941/09, e (ii) a amortização de encargos por compensações de multas e juros em virtude do parcelamento de tributos instituído pela referida lei.

Empréstimos, Financiamentos e Encargos

Os empréstimos, financiamentos e encargos de longo prazo da companhia totalizaram R\$1.024,4 milhões em 31 de dezembro de 2010. Houve um aumento de R\$289,1 milhões em comparação aos R\$735,3 milhões apresentados em 31 de dezembro de 2009. Tal aumento de 39,3%, refletiu principalmente: (i) incremento de R\$140,4 milhões no saldo com o BNDES, para investimentos; (ii) aumento de R\$99,4 milhões no saldo da Eletrobrás (IRD, LPT, Universalização); (iii) aumento de R\$94,1 milhões no capital de giro; e (iv) redução de R\$58,9 milhões no saldo do BID, devido a amortização do principal e variação cambial (ganho do real frente ao dólar).

Empresas Relacionadas

Em 31 de dezembro de 2010, o exigível a longo prazo da companhia totalizou R\$136,4 milhões, comparados aos R\$94,3 milhões em 31 de dezembro de 2009. Tal aumento de 44,7% (R\$42,1 milhões) decorreu principalmente da apropriação de juros no exercício e empréstimos perante as coligadas Companhia de Energia Elétrica do Estado do Tocantins, Companhia Nacional de Energia Elétrica e Companhia Força e Luz do Oeste que, juntas, somaram R\$58,3 milhões, compensado pelo recebimento de R\$18,5 milhões da coligada Centrais Elétricas Matogrossenses S.A.

Indenização Trabalhista

Em 31 de dezembro de 2010, as provisões para indenizações trabalhistas da Companhia referentes a acordos em ações trabalhistas relacionadas ao Plano Bresser e ao PCCS, citadas anteriormente, totalizaram R\$98,0 milhões, comparados aos R\$157,3 milhões de 31 de dezembro de 2009. Tal diminuição de 37,7% (R\$59,3 milhões) ocorreu devido às transferências de parcelas para o curto prazo a serem pagas nos próximos 12 meses com vencimento.

Encargos Tributários Sobre Reserva de Reavaliação

Os encargos tributários sobre reserva de reavaliação a recolher em longo prazo da companhia totalizaram R\$197,4 milhões em 31 de dezembro de 2010, representando um decréscimo 8,1% (R\$17,4 milhões), em relação aos R\$214,8 milhões em 31 de dezembro de 2009. Essa diminuição foi devido à realização da reserva de reavaliação, conforme determina a legislação brasileira.

Patrimônio Líquido

Em 31 de dezembro de 2010, o patrimônio líquido foi de R\$891,7 milhões, comparados aos R\$992,4 milhões em 31 de dezembro de 2009. Tal redução de 10,2% (R\$100,7 milhões) foi principalmente devido a redução da reserva de reavaliação em R\$33,8 milhões, redução das reservas de capital e lucro em R\$51,3 milhões, e prejuízo acumulado de R\$15,7 milhões.

Contas patrimoniais em 31 de dezembro de 2009 comparado com 31 de dezembro de 2008

Ativo Circulante

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Numerário Disponível e Aplicações no Mercado Aberto

Em 31 de dezembro de 2009, o numerário disponível e aplicações no mercado aberto totalizam R\$195,4 milhões, comparados a R\$106,2 milhões, em 31 de dezembro de 2008. Tal aumento, de R\$89,2 milhões, ou 83,9%, ocorreu, principalmente, em decorrência do recebimento dos fundos para investimento no “Programa Luz para Todos” e do desembolso do BNDES que ocorreu dezembro.

Consumidores

Em 31 de dezembro de 2009, o saldo da conta consumidores é de R\$541,9 milhões, comparados com R\$450,6 milhões, em 31 de dezembro de 2008. Tal aumento de R\$90,3 milhões, ou 20,0%, ocorreu principalmente, em virtude de questões sociais e econômicas do Estado do Pará.

Provisão Para Crédito de Liquidações Duvidosas - PCLD

Em 31 de dezembro de 2009, o saldo da PCLD é de R\$49,4 milhões, comparados com R\$44,1 milhões, em 31 de dezembro de 2008, apresentando um aumento de R\$5,3 milhões, ou 12,1%, principalmente em virtude de questões sociais e econômicas do Estado do Pará.

Tributos e Contribuições Sociais a Compensar

Em 31 de dezembro de 2009, o montante de tributos e contribuições sociais a compensar correspondem a R\$83,1 milhões, comparado a R\$40,2 milhões de 31 de dezembro de 2008. Tal aumento de R\$42,9 milhões, ou 106,8%, ocorreu em decorrência da antecipação referente ao imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL no exercício de 2009, que ainda não foram compensados, e do pedido de revisão de valores incluídos no parcelamento de tributos, instituído pela Lei 11.941/09, PAEX, pleiteando a exclusão de débitos consolidados em duplicidades.

Aquisição de Combustível – Conta CCC

Em 31 de dezembro de 2009 e em 31 de dezembro de 2008, a conta CCC da Companhia era de R\$72,5 milhões e R\$3,1 milhões, respectivamente. Esse aumento de R\$69,4 milhões, ou 2.247,8%, ocorreu em decorrência de um descasamento entre o desembolso dos gastos com o reembolso por parte da Eletrobrás.

Ativo Realizável a Longo Prazo

Consumidores

Em 31 de dezembro de 2009, o saldo da conta consumidores é de R\$32,9 milhões, comparados aos R\$27,1 milhões, em 31 de dezembro de 2008. Tal aumento, de R\$5,8 milhões, ou 21,6%, ocorreu em virtude de uma melhor negociação juntos aos clientes inadimplentes.

Empresas Relacionadas

Em 31 de dezembro de 2009, o realizável a longo prazo da Companhia contabilizava R\$622,3 milhões, referentes a empresas relacionadas, comparados aos R\$589,8 milhões, em 31 de dezembro de 2008. Tal aumento, de R\$32,5 milhões, ou 5,5%, ocorreu pela apropriação de juros no exercício.

Créditos Tributários Diferidos

Em 31 de dezembro de 2009, os créditos tributários diferidos da Companhia totalizaram R\$37,4 milhões, comparados aos R\$138,0 milhões, em 31 de dezembro de 2008. Tal diminuição, de R\$100,6 milhões, ou 72,9%, é decorrente basicamente da utilização de créditos de Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL para a quitação de juros e multas autorizado pelo parcelamento de tributos instituído pela Lei 11.941/09.

Ativo Intangível e Ativo Financeiro dos Contratos de Concessão

O total dos ativos intangíveis e financeiros em 2009 foi de R\$2.149,9 milhões, o que representa um aumento de 6,5% (R\$131,9 milhões) em relação aos R\$2.018 milhões de 2008, principalmente devido à variação de R\$39,8 milhões no ativo financeiro, que é a parcela indenizável ao final da concessão.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Passivo Circulante

Fornecedores

Em 31 de dezembro de 2009, o saldo da conta de fornecedores era de R\$219,4 milhões, comparados aos R\$106,0 milhões, em 31 de dezembro de 2008, representando um aumento de R\$113,4 milhões, ou 107,0%, devido ao aumento de suprimento de energia elétrica e respectivos encargos para atendimento aos consumidores.

Tributos, Contribuições Sociais e Parcelamentos

Os tributos da Companhia, contribuições sociais e parcelamentos a recolher totalizaram R\$178,3 milhões, em 31 de dezembro de 2009, um aumento de R\$32,1 milhões em relação aos R\$146,1 milhões de 31 de dezembro de 2008. Esse aumento, de 22,0%, ocorreu principalmente devido ao aumento dos impostos correntes em razão do aumento da receita.

Empréstimos, Financiamentos e Debêntures

Os empréstimos, financiamentos e debêntures da Companhia totalizaram R\$424,7 milhões, em 31 de dezembro de 2009, um crescimento de R\$55,7 milhões em comparação aos R\$367,0 milhões apresentados em 31 de dezembro de 2008. Tal aumento, de 15,1%, ocorreu por dois fatores: (i) a migração dos vencimentos de longo para o curto prazo, e (ii) os encargos sobre as parcelas de curto prazo.

Indenização Trabalhista

Em 31 de dezembro de 2009, as provisões para indenizações trabalhistas da Companhia referentes a acordos judiciais em ações trabalhistas relacionadas a valores cobrados por conta do Plano Bresser e do Plano de Classificação de Cargos e Salários - PCCS totalizavam R\$76,6 milhões, comparado a R\$89,6 milhões em 31 de dezembro de 2008. Tal redução, de R\$13,0 milhões, ou 12,9%, ocorreu devido às amortizações realizadas e pela marcação a mercado nesse exercício.

Passivo Exigível a Longo Prazo

Tributos, Contribuições Sociais e Parcelamentos

Os tributos, contribuições sociais e parcelamentos a recolher a longo prazo da Companhia totalizaram R\$315,5 milhões em 31 de dezembro de 2009. Tal redução foi de R\$107,4 milhões, em relação aos R\$422,9 milhões de 31 de dezembro de 2008. Essa diminuição, de 25,4%, é decorrente de dois fatores: (i) a redução de encargos financeiros instituído pela Lei 11.941/09, e (ii) a amortização de encargos por compensações de multas e juros em virtude do parcelamento de tributos instituído pela referida lei.

Empréstimos, Financiamentos e Debêntures

Os empréstimos, financiamentos e debêntures de longo prazo da Companhia totalizaram R\$735,3 milhões em 31 de dezembro de 2009. Houve um aumento de R\$52,0 milhões em comparação aos R\$683,4 milhões apresentados em 31 de dezembro de 2008. Tal aumento, de 7,6%, refletiu principalmente a captação junto ao BNDES para investimentos.

Empresas Relacionadas

Em 31 de dezembro de 2009, o exigível a longo prazo da Companhia totalizou R\$94,3 milhões, referentes a empresas relacionadas, comparados aos R\$2,2 milhões em 31 de dezembro de 2008. Tal aumento, de R\$92,1 milhões, ou 4.194,1%, decorreu da apropriação de juros no exercício e empréstimos perante a CEMAT, ENERSUL e VALE PARANAPANEMA.

Indenização Trabalhista

Em 31 de dezembro de 2009, as provisões para indenizações trabalhistas da Companhia referentes a acordos em ações trabalhistas relacionadas ao Plano Bresser e ao PCCS, citadas anteriormente, totalizaram R\$157,3 milhões, comparados aos R\$208,7 milhões de 31 de dezembro de 2008. Tal diminuição, de R\$51,4 milhões, ou 24,6%, ocorreu devido às transferências de parcelas para o curto prazo a serem pagas nos próximos 12 meses com vencimento e pela marcação a mercado nesse exercício.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais*Encargos Tributários Sobre Reserva de Reavaliação*

Os encargos tributários sobre reserva de reavaliação a recolher em longo prazo da Companhia totalizaram R\$188,8 milhões em 31 de dezembro de 2009, representando um decréscimo de R\$38,9 milhões, em relação aos R\$227,6 milhões em 31 de dezembro de 2008. Essa diminuição, de 17,1%, é devido à realização da reserva de reavaliação, conforme determina a legislação brasileira.

Patrimônio Líquido

Em 31 de dezembro de 2009, o patrimônio líquido foi de R\$1.157,7 milhões, comparados aos R\$1.066,7 milhões em 31 de dezembro de 2008. Tal aumento, de R\$91,0 milhões, ou 8,5%, foi devido ao aumento na reserva de lucro em função do lucro no exercício.

Reserva de Reavaliação

Em 31 de dezembro de 2009, a reserva de avaliação da Companhia totalizou R\$425,2 milhões, comparados aos R\$456,0 milhões em 31 de dezembro de 2008. Essa diminuição, de R\$30,8 milhões, ou 6,8%, é devida à realização da reserva de reavaliação, conforme determina a legislação societária brasileira.

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro**10.2 Os diretores devem comentar:****a. resultados das operações do emissor, em especial:****i. descrição de quaisquer componentes importantes da receita**

O fornecimento de Energia Elétrica em 2010 cresceu 10,3% em relação ao exercício anterior, passando de 5.580 GWh em 2009 para 6.152 GWh em 2010. A classe residencial, responsável por 39,2% do consumo total, apresentou uma evolução de 12,2%. Já a classe comercial, a segunda mais representativa com participação de 21,8% do consumo total, registrou um crescimento de 9,2% GWh. A classe industrial, a terceira maior classe em representatividade, com uma participação de 20,9% do consumo total, apresentou uma queda de 10,3%.

R\$ milhões	Em 31 de Dezembro de		
	2010	2009	2008
Receita Bruta	2.952,1	2.292,3	1.897,4
Deduções	841,1	712,0	633,8
Receita Líquida	2.111,0	1.580,3	1.263,6

ii. fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

R\$ Milhões	2010	%	2009	%	2008
Receita Bruta	2.952,1	28,8%	2.292,3	20,8%	1.897,4
Deduções da Receita Bruta	(841,1)	18,1%	(712,0)	12,3%	(633,8)
Receita Líquida	2.111,0	33,6%	1.580,3	25,1%	1.263,6
Custos e Despesas Operacionais	(1.426,6)	18,2%	(1.206,6)	7,3%	(1.124,7)
Energia Elétrica Comprada	(751,8)	17,0%	(642,7)	23,7%	(519,5)
Encargos de uso do sistema	(101,1)	3,5%	(97,6)	49,6%	(65,2)
Pessoal	(45,6)	-15,7%	(54,0)	-58,9%	(131,4)
Material	(6,7)	-21,5%	(8,5)	-25,3%	(11,4)
Matéria prima	(248,2)	28,3%	(193,5)	-6,5%	(206,8)
Serviços de terceiros	(161,4)	17,9%	(136,9)	1,9%	(134,3)
Depreciação e amortização	(114,4)	9,1%	(104,8)	1,4%	(103,4)
Subvenção CCC	218,4	-11,0%	245,5	18,2%	207,6
Despesas com vendas	(86,5)	-8,0%	(94,0)	32,1%	(71,1)
Despesas gerais e administrativas	(125,4)	15,6%	(108,5)	33,6%	(81,2)
Outras despesas operacionais	(4,1)	-64,3%	(11,6)	45,9%	(7,9)
Resultado do Serviço	200,9	29,4%	155,3	43,9%	107,9

· Aumento do custo com energia elétrica comprada para revenda influenciado por:

- (i) aumento no volume de energia comprada para revenda, em decorrência do crescimento de mercado no fornecimento de energia elétrica;
- (ii) reajuste anual dos preços da energia comprada para revenda;
- (iii) novos contratos de compra de energia elétrica (hidráulicas e térmicas), firmados em função do crescimento do mercado, cujo preço se apresenta mais elevado em comparação com os contratos provenientes de energia existente (fontes hidráulicas).

· Aumento dos encargos de uso do sistema de transmissão devido principalmente ao aumento na tarifa de uso do encargo do Sistema Interligado Nacional, reajustado anualmente.

· Aumento dos encargos setoriais do setor elétrico, que são contribuições definidas em Lei como parte das políticas de Governo para o Setor Elétrico. Seus valores são estabelecidos por Resoluções ou Despachos da

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

ANEEL, para efeito de recolhimento pelas concessionárias dos montantes cobrados dos consumidores por meio das tarifas de fornecimento de energia elétrica.

· Aumento de despesas gerais e administrativa devido a implantação de programas de centralização das atividades operacionais e otimização de processos.

b. variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

A receita requerida anual, que representa a receita necessária para as distribuidoras manterem o equilíbrio econômico-financeiro, é segregada em 2 parcelas para fins de sua determinação:

Parcela A: Compreende os custos “não-gerenciáveis” das distribuidoras, ou seja, os custos cujo montante e variância estão fora do controle e influência da Companhia, os quais, estão detalhados a seguir:

- Reserva Global de Reversão: Encargo pago mensalmente, no montante anual equivalente a 2,5% dos investimentos efetuados pela Companhia em ativos vinculados à prestação do serviço de eletricidade, limitando-se a 3% da receita anual. Tem finalidade principal de prover recursos para reversão/encampação dos serviços de energia elétrica, não se limitando a esses objetivos.
- CCC – Conta de Consumo de Combustível: Encargo que visa cobrir os custos anuais de geração termelétrica, cujo montante anual é fixado para cada empresa em função do seu mercado e necessidade do uso das usinas termelétricas.
- Taxa de Fiscalização: Encargo que tem a finalidade de constituir a receita da ANEEL para cobertura de suas despesas administrativas e operacionais. Este é fixado anualmente e pago mensalmente.
- PROINFA: Programa de Incentivo a Fontes Alternativas: Encargo para cobertura dos custos da energia elétrica produzida por empreendimentos de produtores independentes autônomos, concebidos com base em fontes eólicas, pequenas centrais elétricas e biomassa. Calculado anualmente pela ANEEL, e pago mensalmente pela Companhia.
- CDE – Conselho de Desenvolvimento Energético: Encargo com finalidade de prover recursos para o desenvolvimento e competitividade energética dos estados, bem como, a universalização do serviço de energia elétrica. Seu valor é fixado anualmente pela ANEEL.
- P&D : Pesquisa e Desenvolvimento: Referente à aplicação de 1% da receita operacional líquida anual, sendo no mínimo 0,75% em pesquisa e desenvolvimento e 0,25% em eficiência energética no setor elétrico.

Parcela B: Compreende os custos “gerenciáveis”, que são os custos inerentes às operações de distribuição de energia, estando assim sujeitos ao controle ou influência das práticas de gestão adotadas pela Companhia. Também inclui a remuneração do capital, (o qual é calculado sobre uma base de remuneração de ativos, acrescido da cota de depreciação regulatória), e também um percentual regulatório de receitas irreversíveis.

O contrato de concessão de distribuição de energia da Companhia estabelece a tarifa inicial e, prescreve os seguintes mecanismos de atualização tarifária:

- Reajuste tarifário anual: Objetiva restabelecer anualmente o poder de compra da receita obtida pela Companhia. Representa um ajuste referente às flutuações dos custos da Parcela “A” e a inflação (IGP-M) da Parcela “B” decrescido ou acrescido do Fator “X” (meta de eficiência para o próximo período).
- Revisão tarifária extraordinária: Pode ocorrer a qualquer momento quando acontecer um desequilíbrio econômico-financeiro no acordo de concessão.

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

- Revisão tarifária periódica: Objetiva analisar, a cada 5 anos, o equilíbrio financeiro-econômico da concessão. O processo se dá através da revisão da receita necessária para cobertura dos custos operacionais eficientes e a remuneração adequada sobre os investimentos realizados com prudência.

A revisão tarifária periódica tem seu mecanismo conduzido em 2 etapas. Na primeira etapa, o chamado reposicionamento tarifário, que se baseia na definição da parcela da receita necessária para coberta dos custos operacionais eficientes, dado um nível de qualidade do serviço e uma remuneração sobre os investimentos realizados com prudência. A segunda etapa consiste no cálculo do Fator "X", que estabelece metas de eficiência para o próximo período.

A tabela a seguir apresenta os reajustes da Companhia:

CELPA	2010	2009	2008
	Reajuste anual	Reajuste anual	Revisão
Tipo de alteração	(%)	(%)	periódica (%)
Aumento aplicado	15,83	8,63	17,24
Fator X	0,82	0,70	4,94

c. impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor

A situação financeira e o resultado das operações da Companhia são afetados pela inflação, pelas tarifas praticadas nos leilões de venda de energia que refletem oferta e demanda, além das características da fonte da energia comercializada, as oscilações nas tarifas cobradas dos consumidores e os encargos setoriais ambos homologados anualmente pela ANEEL, sendo que as variações são reconhecidas nas tarifas cobradas dos consumidores por meio do mecanismo de CVA. Desta forma, a maioria de seus custos e despesas é denominada em Reais e está atrelada aos índices de medição da inflação, exceto pela tarifa de compra de energia das quotas de Itaipu que é denominada em dólar, sendo as variações da taxa de câmbio desse contrato também são reconhecidas nas tarifas de distribuição por meio do mecanismo da CVA. Além disso, a Companhia está exposta às taxas de juros cobradas nos financiamentos e não possui dívida denominada em moeda estrangeira.

As variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços podem ter impacto na capacidade de pagamento dos compromissos financeiros da Companhia. Desta forma: (i) um aumento no preço da energia vendida aumentará a receita operacional da Companhia, gerando recursos adicionais e receita financeira para a Companhia; (ii) flutuações na taxa de câmbio poderão aumentar (ou reduzir, conforme o caso) o serviço de dívida e criar despesa (ou receita) financeira para a Companhia. Em ambos os casos existem mitigadores. No caso do serviço de dívida, parte da dívida em moeda estrangeira está protegida por mecanismos de "hedge". (iii) a inflação (IGP-M) é integralmente repassada na tarifa, de modo que seu efeito no resultado operacional da Companhia é mitigado; (iv) alterações na quantidade de energia vendida poderão prejudicar a capacidade da Companhia pagar seus compromissos financeiros no caso de redução relevante do volume de energia distribuída; (v) as operações no ACL podem causar perdas à companhia se não estiverem devidamente lastreadas por contratos de compra de energia e análises de risco de créditos de clientes previamente realizadas por entidades independentes; (vi) não acreditamos que potenciais novos produtos ou serviços venham a ter um impacto relevante na capacidade da Companhia de pagar seus compromissos financeiros.

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

R\$ Milhões	2010	%	2009	%	2008
Receitas Financeira					
Renda de aplicações financeiras	22,0	408,6%	4,3	-72,1%	15,5
Juros ativos	71,7	-2,6%	73,5	-12,9%	84,5
Acréscimos moratórios	38,1	51,5%	25,2	16,7%	21,6
Ajuste a valor presente	17,7	666,0%	2,3		29,2
Variação monetária	56,1	-49,4%	110,8	-1148,7%	10,6
Operações de swap	76,1	767,5%	8,8	-77,2%	38,4
Ajuste Lei 11.941/2009 ou Lei 11.638/2007	2,4	-98,2%	134,6	628,8%	18,5
Outras receitas financeiras	7,0	31,7%	5,3	-678,6%	(0,9)
Total de Receitas Financeiras	291,0	-20,2%	364,8	68,0%	217,2
Despesa Financeiras					
Encargos de dívidas	(142,7)	41,3%	(101,0)	44,1%	(70,1)
Variação monetária	(77,0)	362,9%	(16,6)	-85,8%	(116,8)
Ajuste a valor presente	(34,6)	115,1%	(16,1)	-59,3%	(39,6)
Juros e multas	(138,7)	25,6%	(110,5)	46,2%	(75,6)
Operações de swap	(144,6)	36,4%	(106,0)		-
Ajuste Lei 11.941/2009	(22,8)	272,9%	(6,1)		-
Outras despesas financeiras	(61,6)	-33,6%	(92,8)	388,8%	(19,0)
Total de Despesas Financeiras	(622,0)	38,5%	(449,1)	39,9%	(321,0)
Resultado Financeiro	(331,0)	292,4%	(84,3)	-18,8%	(103,8)

10. Comentários dos diretores / 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs

10.3. EVENTOS RELEVANTES E IMPACTOS NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E RESULTADOS DA COMPANHIA:

a) Introdução ou alienação de segmento operacional.

Não há até esta data, expectativa de introdução ou alienação futura de segmento operacional.

b) Constituição, aquisição ou alienação de participação societária.

Não aplicável.

c) Eventos ou operações não usuais.

Não aplicável.

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

10.4 Os diretores devem comentar:

a) Mudanças significativas nas práticas contábeis.

1. PRIMEIRA ADOÇÃO DOS CPCs - CONVERGENTES AS IFRS

1.1. ICPC 01 – Contratos de concessão (IFRIC 12)

Em 22/12/2009 foi aprovada a Deliberação CVM nº 611/09, que delibera a ICPC 01 – Contratos de Concessão.

O escopo da ICPC 01 abrange contratos de concessões de serviços públicos de entidades privadas, onde o poder concedente tem o controle sobre os ativos relacionados a concessão. O poder concedente controla os ativos quando esse:

- a) Controla ou regulamenta quais serviços o concessionário deve prestar com a infra estrutura, a quem os serviços devem ser prestados e o seu preço; e
- b) Controla qualquer participação residual significativa na infra estrutura, no final do prazo da concessão.

Assim, segundo a ICPC 01, as concessionárias têm 2 atividades:

- a) Construção: o resultado é reconhecido proporcionalmente à execução da obra, de acordo com o CPC 17 – Contratos de Construção; e
- b) Operação e manutenção: A receita é reconhecida de acordo com o CPC 30 – Receitas, no momento em que os riscos e benefícios são transferidos. Os gastos com manutenção são reconhecidos como despesas e, com ampliação capitalizados.

A ICPC 01 define o modelo de contabilização, conforme quem remunera o concessionário:

- a) Usuário: Aplica o modelo do ativo intangível, onde os bens da concessão são reconhecidos como tal, representando o valor justo do direito de cobrar os usuários. Este ativo é amortizado durante o prazo de concessão, pela maneira que melhor represente o consumo dos benefícios econômicos;
- b) Poder concedente: Aplica o modelo do ativo financeiro, onde os bens da concessão assim são reconhecidos. O ativo financeiro representa um direito incondicional de receber pagamento do poder concedente, e mensurado de acordo com o CPC 38 – Instrumentos financeiros: Reconhecimento e Mensuração; e
- c) Usuário e poder concedente: Utiliza o modelo misto, onde os bens da concessão são reconhecidos como um ativo intangível e um ativo financeiro.

1.2. Adoção da ICPC 01

As concessionárias de distribuição de energia elétrica são remuneradas de 2 maneiras:

- a) Direito de cobrar os usuários pela energia consumida (fatura); e
- b) Indenização dos bens reversíveis ao final do prazo da concessão.

O direito de cobrar representa um ativo intangível e a indenização um ativo financeiro. A ICPC 01 será aplicada a partir da data de transição de 1/1/2009. O valor a ser bifurcado é o saldo do ativo imobilizado até a

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

data da transição. O ativo financeiro deve ser reconhecido inicialmente pela melhor estimativa do valor justo da indenização, e o valor residual (a diferença para o saldo total bifurcado) seria o ativo intangível.

O ativo financeiro representa a parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados ou depreciados até o final da concessão. Existe uma indefinição quanto a renovação das concessões. A inexistência de definição legal e constitucional, aliada a ausência de histórico de reversões, faz com que o ativo intangível tenha sua vida útil limitada ao prazo da concessão. Contudo, a Administração da Companhia entende que conseguirá renovar por igual período, conforme direito previsto no contrato de concessão, cuja renovação será requerida pela Companhia, para assegurar a continuidade e qualidade do serviço e cumprimento de regularidade junto ao órgão técnico de fiscalização do poder concedente e demais exigências previstas no contrato de concessão. Assim, na nota explicativa nº 18 também é apresentada a posição patrimonial considerando que a concessão será renovada por igual período, o que não implicaria em alteração no resultado do exercício.

A despesa com depreciação incluída na tarifa é determinada com base na vida útil econômica estimada de cada bem, sendo utilizada como base de cálculo da amortização do ativo intangível.

A ICPC 01 ainda determina o reconhecimento de receita e despesa de construção referente às obras em andamento. A Administração entende que a atividade de construção não gera lucro, assim não apresenta margem de lucro.

1.3. Impactos da adoção dos CPCs

A Companhia adotou a data de transição como 1/1/2009 (Balanço de Abertura), assim, as últimas demonstrações financeiras pelas práticas contábeis anteriores foram as referentes ao exercício findo em 31/12/2008. A seguir é apresentada uma reconciliação das demonstrações financeiras e os ajustes requeridos pela primeira adoção dos CPCs, convergentes as IFRS, segundo o CPC 37 - R1 que trata da adoção inicial das normas internacionais de relatório financeiro.

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases**1.4. Reconciliação do balanço patrimonial em 1/1/2009 e 31/12/2009**

	1/1/2009			31/12/2009		
	Práticas contábeis anteriores	Efeito de mudança de prática	Saldo ajustado	Práticas contábeis anteriores	Efeito de mudança de prática	Saldo ajustado
ATIVO						
ATIVO CIRCULANTE						
Consumidores (c)	450.569	(19.455)	431.114	540.879	(20.504)	520.375
Títulos a receber	2.841	(669)	2.172	2.847	(669)	2.178
(-) Perda no valor recuperável (a)	(44.115)	(34.145)	(78.260)	(49.435)	(39.595)	(89.030)
Impostos e contribuições sociais diferidos (b)	3.100	(3.100)	-	980	(980)	-
Ativos regulatórios (c)	29.194	(29.194)	-	40.205	(40.205)	-
Outros	36.632	(526)	36.106	45.644	(526)	45.118
Total do ativo circulante	695.213	(87.089)	608.124	1.021.443	(102.479)	918.964
ATIVO NÃO CIRCULANTE						
Realizável a longo prazo						
Consumidores	27.051	961	28.012	32.883	961	33.844
(-) Perda no valor recuperável (a)	-	(36.897)	(36.897)	-	(36.897)	(36.897)
Depósitos judiciais (d)	29.175	(4.622)	24.553	32.319	(6.357)	25.962
Sub-rogação CCC (e)	-	-	-	473.617	(472.927)	690
Impostos e contribuições sociais diferidos (b) (f)	137.967	69.360	207.327	37.389	72.727	110.116
Ativos regulatórios (c)	45.327	(45.327)	-	47.267	(47.267)	-
Ativo financeiro - concessões (g)	-	140.250	140.250	-	180.009	180.009
Total do realizável a longo prazo	1.016.587	123.725	1.140.312	1.384.540	(309.751)	1.074.789
Imobilizado - líquido (g)	1.999.006	(1.999.006)	-	1.657.227	(1.657.227)	-
Intangível - líquido (g)	19.060	1.858.755	1.877.815	19.819	1.950.145	1.969.964
Total do ativo não circulante	3.057.477	(16.526)	3.040.951	3.087.504	(16.833)	3.070.671
ATIVO TOTAL	3.752.690	(103.615)	3.649.075	4.108.947	(119.312)	3.989.635
PASSIVO CIRCULANTE						
Fornecedores	106.003	(67)	105.936	219.379	(67)	219.312
Impostos e contribuições sociais diferidos (b)	19.678	(19.678)	-	21.384	(21.384)	-
Passivos regulatórios (c)	6.489	(6.489)	-	10.724	(10.724)	-
Outros	24.645	(171)	24.474	48.194	(171)	48.023
Total do passivo circulante	920.081	(26.405)	893.676	1.157.176	(32.346)	1.124.830
PASSIVO NÃO CIRCULANTE						
Impostos, contribuições sociais e parcelamentos (j)	422.882	33.261	456.143	315.452	33.261	348.713
Impostos e contribuições sociais diferidos (b)	7.687	19.678	27.365	8.123	21.384	29.507
Encargos tributários sobre reserva de reavaliação (h) (i)	227.645	3.021	230.666	188.781	26.021	214.802
Provisão para contingências	10.786	-	10.786	10.329	5.811	16.140
Passivos regulatórios (c)	4.208	(4.208)	-	10.830	(10.830)	-
Outros	10.693	2.682	13.375	47.168	2.682	49.850
Total do passivo não circulante	1.765.884	54.434	1.820.318	1.794.082	78.329	1.872.411
PATRIMÔNIO LÍQUIDO						
Outros resultados abrangentes (h)	456.021	(3.021)	453.000	425.226	(3.021)	422.205
Prejuízos acumulados	-	(128.623)	(128.623)	-	(162.274)	(162.274)
Total do patrimônio líquido	1.066.725	(131.644)	935.081	1.157.689	(165.295)	992.394
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	3.752.690	(103.615)	3.649.075	4.108.947	(119.312)	3.989.635

(a) O CPC 38 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração, altera os critérios de mensuração da antiga provisão para créditos de liquidação duvidosa (PCLD), agora denominada de perda no valor recuperável (*impairment*). O montante registrado no balanço de abertura foi incrementado em R\$ 34.145 (R\$ 39.595 em 31/12/2009) no circulante, e R\$ 36.897 (R\$ 36.897 em

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

31/12/2009) no não circulante de acordo com a nova metodologia de mensuração. Com a finalidade de compensação de impostos e contribuições administrados pela Secretaria da Receita Federal, a Companhia adquiriu em 2003, créditos de origem não tributária decorrentes da condenação da União Federal em ação indenizatória, reconhecidos por decisão judicial transitada em julgado. A realização do crédito depende do sucesso da ação atualmente em fase de execução, sendo considerado provável o êxito da ação pelos assessores jurídicos. Uma nova mensuração feita, por meio de uma análise criteriosa e à luz das alterações trazidas pelo CPC 38 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração, levou a Administração a decidir pela constituição de perda no valor recuperável do valor integral desse instrumento financeiro, sendo o ajuste reconhecido na data da transição.

- (b) Segundo o CPC 32 – Tributos sobre o lucro, o saldo do ativo diferido no balanço de abertura no montante de R\$ 3.100 (R\$ 980 em 31/12/2009) e passivo fiscal diferido no montante de R\$ 19.678 (R\$ 21.384 em 31/12/2009) devem ser classificados integralmente como não circulante.
- (c) Alguns ativos e passivos regulatórios não atendem a definição de ativo e passivo segundo a Estrutura Conceitual Básica (*Framework*). O saldo do ativo regulatório no balanço de abertura foi reduzido em R\$ 48.637 (R\$ 60.696 em 31/12/2009) no circulante nas rubricas “Consumidores” e “Ativos regulatórios” e R\$ 45.327 (R\$ 47.267 em 31/12/2009) no não circulante, e do passivo em R\$ 6.489 (R\$ 10.724 em 31/12/2009) no circulante e R\$ 4.208 (R\$ 10.830 em 31/12/2009) no não circulante.
- (d) Na transição para IFRS, a Companhia efetuou uma análise criteriosa de todos os detalhes da rubrica, e aquelas que não atendiam a definição de ativo ou passivo de acordo com a Estrutura Conceitual Básica (*Framework*), foram ajustadas impactando no balanço de abertura em uma redução de R\$ 4.622 (R\$ 6.357 em 31/12/2009).
- (e) A Sub-rogação da CCC refere-se a benefícios do rateio da Conta de Consumo de Combustíveis Fósseis – CCC, referente a implantação do projeto de interligação da Ilha do Marajó. A contabilização desse benefício a receber estava de acordo com o Despacho ANEEL nº 4.722 de 18/12/2009. Na transição para IFRS, os valores reconhecidos no ativo “Sub-rogação CCC” e no passivo “Obrigações Especiais Vinculadas ao Serviço Público de Energia Elétrica – Valores pendentes de recebimentos”, foram apresentados líquido, ou seja, valores compensados. O ativo será reconhecido a medida que as obras forem concluídas e aprovadas pelo órgão regulador impactando em uma redução de R\$ 472.927 em 31/12/2009.
- (f) O saldo do ativo fiscal diferido não circulante foi ajustado pelo reconhecimento dos efeitos fiscais dos ajustes. O ativo fiscal diferido no balanço de abertura foi incrementado em R\$ 66.260 (R\$ 71.747 em 31/12/2009).
- (g) Conforme mencionado no item 5.2, os ativos que representam os bens das concessões no balanço de abertura foram reclassificados do ativo imobilizado R\$ 1.999.006 (R\$ 1.657.227 em 31/12/2009) para o ativo intangível R\$ 1.858.755 (R\$ 1.950.145 em 31/12/2009) e ativo financeiro – bens da concessão R\$ 140.250 (R\$ 180.009 em 31/12/2009).
- (h) O CPC 32 – Tributos sobre o Lucro, exige o reconhecimento de imposto diferido sobre a reavaliação de bens não depreciables. O ajuste gerou no balanço de abertura um incremento de R\$ 3.021 (R\$ 3.021 em 31/12/2009) nos encargos da reavaliação.
- (i) O saldo dos encargos tributários sobre reserva de realização foi ajustado pela regularização de imposto de renda e contribuição social sobre a reserva de reavaliação no valor de R\$ 23.000 em 31/12/2009.
- (j) No balanço de abertura o ajuste no valor de R\$ 33.261 trata-se de pedido de restituição do Finsocial que foi recolhido em alíquota superior a 0,5% no período de 11/1989 a 3/1992. O Acórdão 01-15.534 proferido pela 3ª turma da DRJ/BEL de 3/11/2009, reconheceu parcialmente o direito creditório pleiteado. Em face dessa decisão, a Companhia interpôs Recurso Voluntário que aguarda julgamento no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais. Os tributos que foram objeto de compensação com o crédito discutido nestes autos foram incluídos no parcelamento da Lei nº 11.941/2009.

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases**1.5. Reconciliação do patrimônio líquido em 1/1/2009 e 31/12/2009**

	1/1/2009	31/12/2009
Patrimônio líquido - originalmente divulgado	1.066.725	1.157.689
Desreconhecimento de tarifa horosazonal	-	(22.072)
Reconhecimento de tributos em fase de recurso	(33.261)	(33.261)
Desreconhecimento de ativos e passivos regulatórios	(83.267)	(64.336)
Perda no valor recuperável (<i>impairment</i>)	(34.145)	(39.595)
Provisão de <i>impairment</i> de títulos a receber (ativo não circulante)	(36.897)	(36.897)
Baixa de depósitos judiciais decorrentes de processos encerrados	(4.622)	(6.357)
Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre os ajustes	66.260	71.746
Imposto de renda e contribuição social diferidos passivos sobre a reserva de reavaliação de bens não depreciables	(3.021)	(3.021)
Imposto de renda e contribuição social diferidos passivos sobre a reserva de reavaliação	-	(23.000)
Outros	(2.691)	(8.502)
Patrimônio líquido após ajustes de mudanças de prática contábil e correções	935.081	992.394

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases**1.6. Reconciliação do resultado do exercício de 2009**

	Práticas contábeis anteriores	Efeito de mudança de prática	Saldos ajustados
RECEITA OPERACIONAL BRUTA (a) (b)	2.120.278	172.018	2.292.296
Deduções da receita operacional (b)	(712.045)	19	(712.026)
RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS	1.408.233	172.037	1.580.270
 CUSTO DO SERVIÇO DE ENERGIA ELÉTRICA			
Energia elétrica comprada para revenda (b)	(638.633)	(4.065)	(642.698)
Encargo de uso do sistema de transmissão e distribuição (b)	(105.632)	8.025	(97.607)
	(744.265)	3.960	(740.305)
 CUSTO DE OPERAÇÃO			
Custo de construção (a)	-	(173.794)	(173.794)
	(285.613)	(173.794)	(459.407)
LUCRO OPERACIONAL BRUTO	377.480	2.203	379.683
DESPESAS OPERACIONAIS			
Despesas com vendas (c)	(88.556)	(5.449)	(94.005)
Despesas gerais e administrativas (d)	(106.699)	(1.769)	(108.468)
Outras despesas operacionais (e)	(5.749)	(5.811)	(11.560)
	(201.004)	(13.029)	(214.033)
RESULTADO DO SERVIÇO	176.476	(10.826)	165.650
RESULTADO FINANCEIRO			
Receitas financeiras (f)	371.500	(6.654)	364.846
Despesas financeiras (f)	(450.478)	1.343	(449.135)
	(78.978)	(5.311)	(84.289)
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	87.101	(16.137)	70.964
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL			
Diferido (g)	36.365	(17.514)	18.851
	34.606	(17.514)	17.092
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	121.707	(33.651)	88.056

- (a) A receita teve um incremento de R\$ 173.794 devido a receita de construção dos ativos da concessão. O custo também teve um acréscimo de igual montante devido ao custo/despesa de construção. Tais valores são de reconhecimento obrigatório pela ICPC 01 – Contratos de Concessão, não existindo margem de lucro. Vide item 1.1.
- (b) Os ativos e passivos regulatórios não atendem os critérios de reconhecimento segundo a Estrutura Conceitual Básica (*Framework*). Assim, o ajuste causou uma redução de R\$ 1.776 na receita operacional bruta, um aumento de R\$ 19 nas deduções da receita operacional, um aumento de R\$ 4.065 no custo de energia elétrica comprada para revenda e uma redução de R\$ 8.025 no custo de encargo de uso do sistema de transmissão e distribuição.
- (c) O acréscimo em despesas operacionais com vendas, corresponde ao ajuste de R\$ 5.449 com a constituição de perdas no valor recuperável de créditos com consumidores.
- (d) O acréscimo em despesas operacionais gerais e administrativas, corresponde ao ajuste de R\$ 1.769 de baixa de depósitos judiciais. Na transição para os CPCs, a Companhia efetuou uma análise criteriosa de todos os detalhes das rubricas, e aquelas que não atendiam a definição de ativo ou passivo de acordo com a Estrutura Conceitual Básica (*Framework*), foram ajustadas.

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

- (e) O acréscimo em outras despesas operacionais de R\$ 5.811 refere-se a complemento de provisão para contingências trabalhistas. Na transição para os CPCs, a Companhia efetuou uma análise criteriosa de todos os detalhes das rubricas, e aquelas que não atendiam a definição de ativo ou passivo de acordo com a Estrutura Conceitual Básica (*Framework*), foram ajustadas.
- (f) Resultado financeiro: O reconhecimento e mensuração de encargos sobre ativos e passivos regulatórios, impactou em um aumento de R\$ 5.311, sendo o efeito na receita financeira uma redução de R\$ 6.654 e na despesa financeira uma redução de R\$ 1.343.
- (g) Os impactos nos itens mencionados acima levaram a um decréscimo de R\$ 17.514 no imposto de renda e contribuição social diferidos.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

10.5 Os diretores devem indicar e comentar políticas contábeis críticas adotadas pelo emissor, explorando, em especial, estimativas contábeis feitas pela administração sobre questões incertas e relevantes para a descrição da situação financeira e dos resultados, que exijam julgamentos subjetivos ou complexos, tais como: provisões, contingências, reconhecimento da receita, créditos fiscais, ativos de longa duração, vida útil de ativos não-circulantes, planos de pensão, ajustes de conversão em moeda estrangeira, custos de recuperação ambiental, critérios para teste de recuperação de ativos e instrumentos financeiros.

1. ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

a. Declaração de conformidade (com relação as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro - IFRS)

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), as quais abrangem a legislação societária brasileira, as normas emitidas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM e normas aplicáveis às concessionárias de serviço público de energia elétrica, definidas pelo poder concedente, a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL.

Algumas informações adicionais estão sendo apresentadas em notas explicativas e quadros suplementares em atendimento às instruções contidas no Despacho nº 4.097, da SFEF/ANEEL, de 31/12/2010.

Essas demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com os Pronunciamentos, Interpretações e Orientações Técnicas (coletivamente “CPCs”) emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) adotados no Brasil e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Os efeitos da adoção inicial dos CPCs estão detalhados na nota explicativa nº 5.

b. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos seguintes itens reconhecidos nos balanços patrimoniais:

- Os instrumentos financeiros derivativos mensurados pelo valor justo;
- Os instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

c. Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras divulgadas nas demonstrações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

d. Uso de estimativas

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração realize estimativas para determinação e registro de certos ativos, passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações sobre suas demonstrações financeiras. Tais estimativas são feitas com base no princípio da continuidade e suportadas pela melhor informação disponível na data da apresentação das demonstrações financeiras, bem como na experiência da Administração. As estimativas são

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

revisadas quando novas informações se tornam disponíveis ou as situações em que estavam baseadas se alterem. As estimativas podem vir a divergir para com o resultado real. As principais estimativas se referem:

- Perda no valor recuperável;
- Vida útil de ativo intangível;
- Provisões;
- Passivos contingentes;
- Planos de pensão;
- Imposto de renda e contribuição social diferidos;
- Instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo, inclusive derivativos; e
- Ativo financeiro – bens da concessão.

e. Gestão do capital

A Companhia busca alternativas de capital com o objetivo de satisfazer as suas necessidades operacionais, objetivando uma estrutura de capital que leve em consideração parâmetros adequados para os custos financeiros, os prazos de vencimento das captações e suas garantias.

A Companhia acompanha seu grau de alavancagem financeira, o qual corresponde a dívida líquida, incluindo empréstimos de curto e longo prazo, dividida pelo capital total.

2. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS ADOTADAS

Ativos e passivos financeiros:

Caixa e Equivalentes de Caixa: Caixa compreende numerário em espécie e depósitos bancários disponíveis. Equivalentes de caixa são aplicações financeiras de curto prazo, alta liquidez, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa estando sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. A mesma definição é utilizada na Demonstração do Fluxo de Caixa.

Consumidores: Incluem o fornecimento de energia elétrica faturado e a faturar a consumidores finais, uso da rede, serviços prestados, acréscimos moratórios e a outras concessionárias pelo suprimento de energia elétrica conforme montantes disponibilizados pela CCEE.

Perda no valor recuperável (*impairment*): Constituída após avaliação sobre a existência de evidência objetiva acerca da possibilidade de perda no valor recuperável das contas a receber. Tal evidência é advinda de eventos ocorridos após o reconhecimento do ativo que afetem o fluxo de caixa futuro estimado, tendo como base a experiência da Administração. A análise sobre a evidência é feita individualmente para casos mais significativos e coletivamente para os demais casos.

Ajuste a Valor Presente: Os ativos e passivos de longo prazo, bem como, os de curto prazo caso relevante, são ajustados a valor presente. Os principais efeitos apurados estão relacionados com as rubricas “Consumidores”, “Impostos e Contribuições Sociais a Compensar” e “Indenizações Trabalhistas”. As taxas de descontos utilizadas refletem as taxas utilizadas para riscos e prazos semelhantes as utilizadas pelo mercado, e a taxa WACC do setor elétrico para os casos referentes a assuntos regulatórios.

Estoque (inclusive do ativo intangível em curso): Os materiais em estoque classificados no ativo circulante (almoxarifado de manutenção e administrativos) e aqueles destinados a investimento classificados no ativo intangível em curso (depósito de obra) estão registrados ao custo médio de aquisição.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

Investimentos: Inclui propriedades para investimentos que representam os bens não utilizados no objetivo da concessão, mantidos para valorização ou renda.

Intangível: Incluem o direito de uso dos bens integrantes dos contratos de concessão até o final da concessão. A amortização reflete o padrão de consumo dos bens em relação aos benefícios econômicos esperados dentro do prazo da concessão, e é reconhecida na rubrica de Custo de Operação e Despesas Operacionais.

Contratos de concessão: Os contratos de concessão são reconhecidos como ativo intangível e ativo financeiro. O valor do ativo intangível dos contratos de concessões representa o custo amortizado dos bens que compõem a concessão limitados ao final da concessão. Tais ativos são mensurados pelo valor reavaliado em agosto de 2001, com revisão em maio de 2005, exceto para os grupos de automóveis, caminhões e móveis e utensílios. O custo compreende o preço de aquisição (acrescido de impostos não recuperáveis sobre a compra, depois de deduzidos os descontos comerciais e abatimentos) e quaisquer custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo no local e condição necessárias para este ser capaz de funcionar da forma pretendida pela Administração. A amortização do ativo intangível dos contratos de concessão representa a depreciação regulatória dos bens individuais. Os ativos intangíveis dos contratos de concessões têm o seu valor testado para perda de recuperabilidade econômica, no mínimo, anualmente, caso haja indicadores de perda de valor. A amortização é reconhecida na rubrica de custo de operação e despesas operacionais. O ativo financeiro refere-se aos investimentos realizados e previstos no contrato de concessão e não amortizados até o final da concessão por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente, decorrente da aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 - Contratos de Concessão e a Orientação Técnica OCPC 05 - Contratos de concessão. Ele é reconhecido pelo custo residual não amortizado e o valor somente é alterado por meio de atualizações, adições, baixas e transferências ao longo do prazo de concessão.

Obrigações vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica: Representam os valores da União, dos Estados, dos Municípios e dos consumidores, bem como as doações não condicionadas a qualquer retorno a favor do doador e as subvenções destinadas a investimento no serviço público de energia elétrica na atividade de distribuição, cuja quitação ocorrerá ao final da concessão. Essas obrigações estão registradas em grupo específico no passivo não circulante, e estão sendo apresentadas como dedução do Ativo Financeiro e Ativo Intangível da concessão, dadas suas características de aporte financeiro com fins específicos de financiamentos para obras.

Subvenção e assistência governamental: A partir de 1/1/2008, as subvenções governamentais, se recebidas, serão reconhecidas como receita ao longo do período, confrontadas com as despesas que pretende compensar em uma base sistemática. Os valores a serem apropriados no resultado serão destinados a Reserva de Incentivos Fiscais. Atualmente a Companhia não possui subvenções e assistências governamentais.

Reserva de reavaliação (outros resultados abrangentes): É realizada em proporção à amortização, e alienação dos bens integrantes da concessão, sendo transferida para a conta de lucros acumulados, líquida dos efeitos do imposto de renda e da contribuição social. A Companhia optou por manter os saldos existentes das reservas de reavaliação até a sua efetiva realização, conforme permitido no art. 6º da Lei nº 11.638/2007.

Teste de recuperabilidade econômica (impairment): Todo final de período a Companhia avalia se existem evidências objetivas de que os ativos da concessão (ativo financeiro e intangível) estejam desvalorizados, sendo levado em conta fatores internos e externos. Caso existam evidências, o teste de recuperabilidade econômica é realizado. Ativos intangíveis com vida útil indefinida e, ainda os não disponíveis para uso são testados anualmente, sempre na mesma data, independente da existência de evidências.

A Companhia utiliza o valor em uso como métrica de cálculo do valor recuperável, pois em sua maioria, os testes de recuperabilidade são realizados no nível de concessão, onde esta representa a menor unidade geradora de caixa. As projeções do fluxo de caixa se baseiam nos orçamentos e planos de negócios aprovadas pela Companhia para um período de 5 anos, posteriormente são utilizadas taxas constantes. A taxa de desconto utilizada é 12,81%, que representa o WACC real setorial.

Arrendamento mercantil: Os arrendamentos mercantis são segregados entre os operacionais e os financeiros. Quando o arrendamento é classificado como financeiro, ou seja, seus riscos e benefícios são transferidos, este é reconhecido como um ativo e mensurado inicialmente pelo seu valor justo ou pelo valor

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

presente dos pagamentos mínimos, entre eles o menor, e depreciados normalmente. O passivo subjacente é amortizado utilizando a taxa efetiva de juros.

Empréstimos, financiamentos e debêntures: Estão atualizados pela variação monetária e/ou cambial, juros e encargos financeiros, determinados em cada contrato, incorridos até a data de encerramento do balanço. Os custos de transação estão deduzidos dos empréstimos/financiamentos correspondentes. Esses ajustes são apropriados ao resultado pela taxa efetiva de juros do período em despesas financeiras, exceto pela parte apropriada ao custo do ativo intangível em curso.

Instrumentos financeiros derivativos: A Companhia firmou contratos derivativos com o objetivo de administrar os riscos associados a variações nas taxas cambiais e de juros. Os referidos contratos derivativos são contabilizados pelo regime de competência e estão mensurados a valor justo por meio de resultados. Os diferenciais a receber e a pagar referentes aos instrumentos financeiros derivativos, ativos e passivos, são registrados em contas patrimoniais de "Outros Ativos (diferencial a receber) e "Operações de swap" (diferencial a pagar)" e o resultado apurado na conta "Outras Receitas e Despesas Financeiras (resultado) e/ou intangível em curso (quando da construção do imobilizado operacional da concessão). Os ganhos e perdas auferidos ou incorridos em função do valor justo desses contratos são reconhecidos como ajustes em receitas ou despesas financeiras. Os contratos derivativos da Companhia são com instituições financeiras de grande porte e que apresentam grande experiência com instrumentos financeiros dessa natureza. A Companhia não tem contratos derivativos com fins especulativos.

Valor justo: É a quantia pela qual um ativo poderia ser trocado, ou um passivo liquidado, entre partes conhecedoras e dispostas a isso em transação sem favorecimento. A hierarquia do valor justo deve ter os seguintes níveis:

- Nível 1: preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos idênticos ou passivos;
- Nível 2: inputs diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços); e
- Nível 3: inputs para o ativo ou passivo que não são baseados em variáveis observáveis de mercado (inputs não observáveis).

Custo de empréstimos: Compreendem os juros e outros custos incorridos em conexão com empréstimos de recursos para aquisição, construção ou produção de um ativo, que leve um período substancial de tempo para ficar pronto para seu uso pretendido. Esses custos começam a ser capitalizados quando a Companhia incorre em gastos, custos de empréstimos e as atividades de construção estejam iniciadas, cessando quando substancialmente todas as atividades necessárias estiverem completas. Para empréstimos específicos, o montante capitalizado é o efetivamente incorrido sobre tais empréstimos durante o período, deduzidos de qualquer receita financeira decorrente do investimento temporário dos mesmos. Para empréstimos genéricos, aplica-se a taxa ponderada dos respectivos custos sobre o saldo vigente, aplicando esta taxa sobre o valor do ativo em construção, sendo esta capitalização limitada ao valor recuperável do ativo.

Provisões para contingências: Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de um evento passado, cujo valor possa ser estimado de maneira confiável sendo provável uma saída de recursos. O montante da provisão reconhecida é a melhor estimativa da Administração e dos assessores legais, baseados em pareceres jurídicos sobre os processos existentes e do desembolso exigido para liquidar a obrigação presente na data do balanço. Quando a provisão envolve uma grande população, a obrigação é estimada ponderando todos os possíveis desfechos pelas suas probabilidades associadas. Para uma obrigação única a mensuração se baseia no desfecho mais provável.

Outros direitos e obrigações: Demais ativos e passivos circulantes e não circulantes que estão sujeitos a variação monetária ou cambial por força de legislação ou cláusulas contratuais, estão atualizados com base nos índices previstos nos respectivos dispositivos, de forma a refletir os valores na data das demonstrações financeiras.

Imposto de renda e contribuição social: a provisão para imposto de renda e contribuição social corrente é calculada com base no lucro tributável e na base de cálculo da contribuição social, de acordo com as alíquotas vigentes na data do balanço. Sobre as diferenças temporárias, prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social são constituídos impostos diferidos. Os ativos e passivos diferidos são registrados nos

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

ativos e passivos não circulantes. Os impostos diferidos serão realizados com base nas alíquotas que se espera serem aplicáveis no período que o ativo será realizado ou, o passivo liquidado. Tais ativos e passivos não são descontados a valor presente. Os prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social podem ser compensados anualmente, observando-se o limite de até 30% do lucro tributável para o exercício.

De acordo com o art. 15 da Lei 11.941/2009, que institui o Regime Tributário de Transição ("RTT") de apuração do Lucro Real, a Companhia considerou a opção pelo RTT aplicável ao biênio 2008-2009, por meio do envio da Declaração de Imposto de Renda da Pessoa Jurídica - DIPJ 2009, relativo ao ano- calendário de 2008. A partir do ano-calendário de 2010, a adoção ao RTT passou a ser obrigatória.

Plano de aposentadoria e pensão: A Companhia possui plano de aposentadoria e pensão, sendo este contabilizado conforme sua classificação, contribuição definida ou benefício definido. O plano de contribuição definida é aquele que a Companhia paga contribuições fixas a uma entidade separada, não tendo a obrigação legal ou não formalizada de pagar contribuições adicionais se o fundo não possuir ativos suficientes para pagar todos os benefícios devidos. Já o de benefício definido compreende todos os planos que não sejam classificados como contribuição definida.

A contribuição da Companhia para o plano de contribuição definida é reconhecida na demonstração do resultado como Pessoal, sendo que nenhum ativo ou passivo é reconhecido.

O plano de benefício definido tem sua contabilização baseada em avaliações atuarias sendo o valor presente das obrigações calculado pelo Método Unitário Projetado. A Companhia se utiliza de atuários qualificados independentes anualmente.

Receita líquida de vendas: As receitas de fornecimento de energia elétrica são mensuradas com base no regime de competência, sendo reconhecida no momento em que os riscos e benefícios são transferidos, ou seja, no momento da entrega da energia. Assim, inclui a quantificação estimada do fornecimento de energia elétrica da última medição (emissão fatura) até o encerramento das demonstrações financeiras.

Registro das operações de compra e venda de energia na CCEE - Câmara de Comercialização de Energia Elétrica: As compras (custo de energia comprada) e as vendas (receita de suprimento) são registradas pelo regime de competência de acordo com as informações divulgadas pela CCEE, entidade responsável pela apuração das operações de compra e venda de energia. Nos meses em que essas informações não são disponibilizadas em tempo hábil pela CCEE, os valores são estimados pela Administração da Companhia, utilizando-se de parâmetros disponíveis no mercado.

Receita e custo de construção: O custo de construção das obras relativas a distribuição de energia elétrica, é baseado na percentagem completada da obra, sendo determinada com base nos custos incorridos até a data. Não existe margem de construção, assim a receita de construção é igual ao custo de construção.

Informações sobre quantidade de ações e resultado por ação: O resultado básico por ação deve ser calculado dividindo-se o lucro ou prejuízo do exercício (o numerador) pelo número médio ponderado de ações em poder dos acionistas, menos as mantidas em tesouraria (denominador).

Novas normas e interpretações ainda não adotadas: Diversas normas, emendas e interpretações IFRSs emitidas pelo IASB (International Accounting Standards Board) ainda não entraram em vigor para o exercício encerrado em 31/12/2010, sendo elas:

- Emenda da IAS 12 – Tributos sobre o lucro (CPC 32): Recuperação de ativos mensurados pelo valor justo. Vigência 1/1/2012;
- Emenda da IAS 24 – Partes relacionadas (CPC 05): Divulgação de partes relacionadas com o Governo. Vigência 1/1/2011;
- IFRS 9 – Instrumentos financeiros: Classificação de ativos financeiros e contabilização de passivos financeiros designados como mensurados pelo valor justo por meio do resultado. Vigência 1/1/2013;
- Emenda da IFRIC 14 – IAS 19 – Limite de um ativo de benefício definido, requisitos de fundamento mínimo e sua interação (CPC 33 – Interpretação A): Esclarecimento sobre pagamentos antecipados. Vigência 1/1/2011.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

O CPC ainda não emitiu pronunciamentos equivalentes às IFRSs acima citadas. A adoção antecipada destes pronunciamentos está condicionada a aprovação prévia em ato normativo da Comissão de Valores Mobiliários – CVM. A Companhia não estimou o impacto destas novas normas em suas demonstrações financeiras.

Reclassificações e correções: Algumas reclassificações e correções foram efetuadas para melhor apresentação das demonstrações financeiras comparativas, conforme o CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro.

Demonstrações dos resultados abrangentes: As demonstrações dos resultados abrangentes não estão sendo divulgadas, uma vez que a Companhia não apurou transações que envolvam registros em outros resultados abrangentes que impactam o resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2010 e 2009.

10. Comentários dos diretores / 10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs

10.6 Com relação aos controles internos adotados para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis, os diretores devem comentar:

a) grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e providências adotadas para corrigi-las.

A Companhia atende aos padrões de governança corporativa e considera seus controles internos suficientes para o tipo de atividade e o volume de transações que opera. A Administração está empenhada no constante aprimoramento, efetuando constantes revisões, visando a melhoria contínua de seus processos.

b) deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório do auditor independente.

Como parte dos exames das demonstrações financeiras pelos auditores independentes, relativos aos exercícios de 2008, 2009 e 2010, foram elaborados relatórios de controles internos com algumas recomendações, as quais não representaram nenhum comprometimento no desenvolvimento das atividades da Companhia. Estas recomendações foram discutidas com os auditores, e quando aplicáveis, foram adotadas como procedimentos de aperfeiçoamento dos controles da Companhia.

10. Comentários dos diretores / 10.7 - Coment. s/itens não evidenciados**10.7. Caso o emissor tenha feito oferta pública de distribuição de valores mobiliários, os diretores devem comentar:**

A Companhia não fez nenhuma oferta pública de distribuição de valores mobiliários, neste período deste formulário.

a) Como os recursos resultantes da oferta foram utilizados.

Não aplicável.

b) Se houve desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas nos prospectos da respectiva distribuição.

Não aplicável.

c) Caso tenha havido desvios, as razões para tais desvios.

Não aplicável.

10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios**10.8. ITENS RELEVANTES NÃO EVIDENCIADOS NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DA COMPANHIA:****a) Os ativos e passivos detidos pela Companhia, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial.**

- i. Arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos.
- ii. Carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos.
- iii. Contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços.
- iv. Contratos de construção não terminada.
- v. Contratos de recebimentos futuros de financiamentos.

A Companhia não possui ativos ou passivos que não estejam refletidos nas demonstrações financeiras e suas notas explicativas.

b) Outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras.

Não aplicável.

10. Comentários dos diretores / 10.9 - Outros fatores com influência relevante**10.9. EM RELAÇÃO A CADA UM DOS ITENS NÃO EVIDENCIADOS NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDICADOS NO ITEM 10.8:**

a) Como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras da Companhia.

Conforme mencionado no item 10.8 acima, não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras.

b) Natureza e propósito da operação.

Conforme mencionado no item 10.8 acima, não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras.

c) Natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor da Companhia em decorrência da operação.

Conforme mencionado no item 10.8 acima, não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras.